

# arquitectura

REVISTA DE ARTE E CONSTRUÇÃO

director e editor: Rui Mendes Paula

comissão directivo: Carlos S. Duarte, Daniel Santa Rita,

Nuno Portas, Rui Mendes Paula

e Vasco Lobo.

Propriedade: Iniciativas Culturais Arte e Técnica — Composição, impressão e gravura: Sociedade Nacional de Tipografia — Rua do Século, 47 a 63, Lisboa — Administração: Rua Dr. Alexandre Brago, 19, r/c. — Telef, 44778

#### N. 81 - Março 1964

- 1—Alguns aspectos do problema habitacional na cidade de Lisboa.
- 2-Vespeira, Gravura,
- 3 O Decreto-Lei 42 454. Extractos.

#### Olivais-Norte.

- 5 Extractos da memória descritiva.
- 12 Nota critica, Leopoldo de Almeida.
- 15-Arranjo dos espaços livres.
- 18 Apresentação sumária dos projectos de habitação (18-26), Escola Primária (27) e Centro Cívico-Comercial de Olivais--Norte (28).
- 29 Pedro Vieira de Almeida. Ensaio sobre o espaço da Arquitectura (3).
- 39 Federico Correa. Considerações sobre o Urbanismo e suas relações com o turismo em Espanha.
- 41 Noticiário, Exposições, Critica,

Na capa: Pormenor da planta da cidade de Lisboa, mostrando a localização de Olivais--Norte.

Assinatura anual — Portugal e Espanha: 6 números 150\$00, 3 números 75\$00. Assinatura para estudantes: 6 números 120\$00, 3 números 60\$00 — autros países: 6 números 240\$00 — As assinaturas são pagas adiantadamente e iniciam-se em qualquer número. — Número avulso 30\$00

### IS TOS DO PROBLEMA ACIONAL DADE DE LISBOA (I)

28 por cento, na cidade, pròpriamente, a mais

gravissimo, em Lisboa e seus subúrbios, é airros de lata e construções abarracadas, onde, m'nistrativa da cidade e de acordo com inqués (1980) vivem cerca de 12 000 familias, das 2000 em regime de sublocação. Ao todo, mais oas, provenientes em grande parte da provinmente dos distritos de Viseu, Castelo Branco cujo maior contingente se emprega na consu na indústria.

no quantitativo as carências são consideráveis, ilitativo a situação apresenta-se pelo contra- em confronto com o que se passa no resto do aplo, a percentagem de familias possuindo electa e casa de banho (números do censo de 50) soa de 83.6 por cento, 85.8 por cento e 49 por os óptimos em relação à situação geral, mas largamente deficitários em relação a aspectos nforto da habitação.

outro capítulo — o da dimensão dos alojac'dade de Lisboa parecia situar-se em posição por cento das familias dispunham então de lo (contra os 12 por cento obtidos para o conrópole); e 41 por cento tinham menos de 4 divicento para todo o País).

tão a situação tem vindo a agravar-se por virento geral das rendas, escassez das habitações itada, supervalorização do solo urbano e maior strução e presumivel diminuição geral do nível tudo isto se justificam as afirmações seguintes ia Silva Pereira: (2)

is de acentuado urban'smo também deve ter-se tendência para a exiguidade dos alojamentos, nero de divisões como na superfície. Esta ten-ona-se com a incidência do nível das rendas, ifluenciadas pela dimensão, sobre os orçamens. Em virtude de ser muito elevada esta incilvamente aos novos arrendamentos podem cirequência incidências de 30 a 40 por cento dos amiliares), as familias restringem ao máximo das suas habitações. A situação global só não ito grave em virtude do «peso» acentuado que damentos antigos no conjunto das habitações

pecto focado no estudo do dr. Raul da Silva

(Conclui na pág. 43)

# ALGUNS ASPECTOS DO PROBLEMA HABITACIONAL NA CIDADE DE LISBOA (I)

Segundo o Recenseamento Geral da População de 1960. Fortugal metropolitano contava então com uma população de 9 292 975 individuos. Destes, 802 230, ou seja cerca de 10 por cento do total viviam no concelho de Lisboa; a área suburbana da capital, incluindo os concelhos de S'ntra, Loures, Cascais Oeirlas, Almada, Seixal, Barreiro e Moita (1) atingia já cs 529 515 habitantes (6,5 por cento do total).

A comparação destes números com os dos censos anteriores (1940-50) permite-nos um certo número de observações imediatas de grande interesse: verifica-se, nomeadamente, que a taxa de crescimento da cidade de Lisboa, que era de 11.5 por cento no decénio 1940-50, passou a 3,4 por cento no decénio seguinte; e que, pelo contrário, na sua área suburbana se manifestou um aumento populacional de 545 por cento superior ainda ao anteriormente registado de 355 por cento — números que, na sua singeleza, muito nos dizem sobre a continuidade da imigração na região de Lisboa e a deslocação do surto demográfico do centro para a periferia.

Sobre as condições de habitação desta parte importante da população portugeusa, como, evidentemente, da do resto do País, não existem dados gerais recentes, em virtude do censo de 60 não ter repetido o inquérito às condições de habitação da familia do recensamento anterior, que ainda hoje, e apesar do tempo decorrido, constitui a unica base sól da de avaliação do nosso panorama habitacional.

Este facto é tanto menos fácil de compreender quanto os resultados desse primeiro inquérito constituiram na altura uma surpresa para muita gente, por revelarem, no seu conjunto, uma situação critica neste sector. Ele deu, entre outras, a indicação de um acentuado desequilibrio entre as várias regiões do País pelo que respeita a satisfações e carências habitacionais.

Assim, enquanto na capital, para um total de 190 806 familias se contavam 176 318 fogos, noutras regiões do Pais, em particular nas provincias interiores, registava-se um excesso de fogos que, por exemplo, no d'strito de Castelo Branco atingia os 16 131 (97 029 fogos para 80 89? familias) e no de Viseu 30 885 (150 848 e 119 963, respectivamente).

Como é sabido o edeficito de fogos registado em Lisboa explica-se principalmente pela sublocação. De facto no distrito de Lisboa verificou-se então a existência de 66 550 famílias vivendo em partes de casa, para o total de 297 628 agregados famíliares inquiridos, o que corresponde portanto a 22 por cento da população do distrito. Esta percentagem

atingia já os 28 por cento, na cidade, pròpriamente, a mais elevada do País.

Problema gravissimo, em Lisboa e seus subúrbios, é ainda o dos bairros de lata e construções abarracadas, onde, só na área administrativa da cidade e de acordo com inquéritos recentes (1960) vivem cerca de 12 000 familias, das quais quase 2000 em regime de sublocação. Ao todo, mais de 43 000 pessoas, provenientes em grande parte da provincia, principalmente dos distritos de Viseu, Castelo Branco e Coimbra, e cujo maior contingente se emprega na construção civil ou na indústria.

Se no plano quantitativo as carências são consideráveis, no plano qualitativo a situação apresenta-se pelo contrário favorável em confronto com o que se passa no resto do País. Por exemplo, a percentagem de familias possuindo electricidade, água e casa de banho (números do censo de 50) era para Lisboa de 83.6 por cento, 85.8 por cento e 49 por cento, números óptimos em relação à situação geral, mas ainda assim largamente deficitários em relação a aspectos básicos do conforto da habitação.

Ainda noutro capítulo — o da dimensão dos alojamentos — a c'dade de Lisboa parecia situar-se em posição favorável: 6 por cento das familias dispunham então deuma só divisão (contra os 12 por cento obtidos para o conjunto da metrópole); e 41 por cento tinham menos de 4 divisões (58 por cento para todo o País).

Desde então a situação tem vindo a agravar-se por virtude do aumento geral das rendas, escassez das habitações de renda limitada, supervalorização do solo urbano e maior custo da construção e presumivel diminuição geral do nível de vida. Por tudo isto se justificam as afirmações seguintes do dr. Raul da Silva Pereira: (2)

«Nas zonas de acentuado urban'smo também deve ter-se em conta a tendência para a exiguidade dos alojamentos tanto no número de divisões como na superfície. Esta tendência relaciona-se com a incidência do nível das rendas, fortemente influenciadas pela dimensão, sobre os orçamentos familiares. Em virtude de ser muito elevada esta incidência (relativamente aos novos arrendamentos podem citar-se com frequência incidências de 30 a 40 por cento dos orçamentos familiares), as familias restringem ao máximo a dimensão das suas habitações. A situação global só não se revela muito grave em virtude do «peso» acentuado que têm os arrendamentos antigos no conjunto das habitações alugadas».

Outro aspecto focado no estudo do dr. Raul da Silva

(Conclui na pág. 43)



VESPEIRA «Marinheiros de Zavala» — 1957 Litografia a 2 cores — cartolina 35×50 cm.

## O DECRETO-LEI N.º 42454 EXTRACTOS

Artigo 1.º — Para execução do plano de construção de novas habitações na cidade de Lisboa, estabelecido pelo presente decreto-lei, compete à Câmara Municipal de Lisboa:

- A urbanização de novas zonas habitacionais na área administrativa da cidade por forma a poder oferecer às entidades interessadas, tanto oficiais como particulares, os terrenos necessários para a construção de habitações, tendo em vista:
- a) A satisfação das necessidades actuais da população e as resultantes do seu desenvolvimento, em ordem especialmente à protecção dos agregados familiares de menores recursos;
- b) A substituição gradual dos chamados «bairros de lata» por habitações adequadas e de renda módica;
- c) O realojamento das familias atingidas por obras de urbanização ou vivendo em partes de casa e quartos arrendados ou outras formas de habitação social e moralmente inconvenientes.
- A execução de trabalhos de grande urbanização — em especial arruamentos principais e rede geral de esgostos — necessários para os fins do número anterior.

Art, 2.º—O<sub>S</sub> terrenos das novas áreas urbanizadas que se destinem à construção de habitações poderão ser atribuídos ao<sub>S</sub> organismos ou actividades a seguir indicados:

- 3) Serviços e instituições de interesse público designados pelo ministro das Finanças para promoverem a construção de habitações em Lisboa destinadas a funcionários públicos do Estado e dos corpos administrativos, em execução do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 2090, de 21 de Dezembro de 1957.
- 4) Serviços Sociais das Forças Armadas.
- Outras entidades com fins de assitência social interessadas no fomento da habitação económica.
- 6) Cooperativas de construção.
- 7) Indústria de construção civil.

§ 1.º — A atribuição dos terrenos far-se-á por acordos directos entre a Câmara Municipal de Lisboa e as entidades referidas aos n.ºº 1 a 5 e por alienação em hasta pública, nos termos da legislação vigente, quando se destinarem às cooperativas de construção e à indústria de construção civil.

§ 2.º — A alienação em hasta pública de terrenos para cooperativas de construção e indústria de construção civil poderá realizar-se em praças separadas, sempre que a Câmara Municipal assim o julgue conveniente.

Art 3.º—Em execução do artigo anterior fica a Câmara Municipal de Lisboa autorizada a celebrar acordos anuais com as entidades indicadas nos n.ºº 1 a 5 do artigo 2.º para a venda de lotes de terreno destinados à construção de habitações que obedeçam às condições constantes do quadro seguinte:

Categorias das habitações	Valores-limites das rendas mensais	Percentagens das diferentes categorias	Custo máximo dos terrenos urbanizados em relação ao preço total das habitações
I	200\$00 a 300\$00	40 °/°	10 °/°
II	400\$00 a 600\$00	30 °/°	15 °/°
ш	700\$00 a 900\$00	20 °/°	18 º/º
IV ,	Até 1500\$00	10 °/°	20 °/°

- 1) Instituições de previdência social.
- Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (Fundo das Casas Económicas).

§ 1.º—Os lotes de terrenos destinados às categorias de habitações definidas neste artigo representarão, pelo menos, 70 por cento da totalidade dos fogos permitidos pelos terrenos urbanizados em cada ano



dos espaços exte-M. L.

lo em 1955:

ido adoptada, mas corria proximidade da Zona ulação hoje existente na

o de habitações:

	30 %
	50 %
	15 %
	5 %
600 e 300\$00	
	5 %
	55 %
	40 %
00 e 1300\$00	
	40 %
	30 %
	30 %

ordem de grandeza de habitação, houve que os edifícios.

quirida e tendo presente nização actual, adoptou-



 $\S~2.^{\circ}$  —  $A_{\rm S}$  percentagens das diferentes categoria<sub>S</sub> de habitações poderão verificarse dentro de um acordo com uma única entidade ou por meio de acordos com entidades diferentes, desde que no seu conjunto se respeitem  $a_{\rm S}$  proporções estabelecidas

§ 3.º—Nos acordos a celebrar com as instituições de previdência social deverá ser atribuído à Câmara Municipal de Lisboa um número de habitações destinadas ao realojamento de famílias atingidas por obras de urbanização, que poderá ir até à percentagem de 30 por cento da totalidade abrangida por cada acordo.

§ 4.º — As habitações das várias categorias fixadas neste artigo poderão ser destinadas quer a arrendamento, quer à venda em regime de propriedale resolúvel.

§ 5.º — Nas habitações de propriedade resolúvel os valores das prestações mensais serão fixadas de acordo com o valores das rendas estabelecidas neste artigo, com os aumentos correspondentes à amortização, seguros e outros encargos obrigatórios devidamente justificados

Art. 4.º — As habitações de renda limitada a construir nos lotes de terreno alienados em hasta pública, em conformidade com a legislação vigente, deverão pertencer às categorias II, III e IV do quadro costante do artigo 3.º.

Art. 5.º — A Câmara Municipal de Lisboa poderá estabelecer com as entidades interessadas planos de trabalhos que permitam prever o desenvolvimento de acordos anuais a celebrar por um período não superior a cinco anos.

Art 6.º — A Câmara Municipal de Lisboa submeterá anualmente, até 31 de Outubro, à homologação da Presidência do Conselho, o plano de utilização de lotes de terreno urbanizado e disponível para construções, com a discriminação seguinte:

- Lotes destinados aos acordos com as entidades referidas nos n.º 1 a 5 do artigo 2.º, com a indicação das respectivas bases e tendo em consideração os pedidos formulados e as necessidades e recursos invocados.
- Lotes a alienar em hasta pública, nos termos da legislação aplicável.
- 3) Lotes reservados a favor da Câmara Municipal de Lisboa para a construção de um número limitado de habitações da categoria I do artigo 3.º destinadas aos casos urgentes de realojamento independentemente do disposto no § 3.º do artigo 3.º.

§ único. Na distribuição dos lotes prevista no n.º 1 deste artigo ter-se-á em conta que pelo menos um quarto da totabilidade de fogos atribuídos serão destinados aos serviços e instituições compreendidos no n.º 3.º do artigo 2.º.

Art, 7.º — Funcionará na Presidência do Conselho uma comissão de habitação, constituída pelo secretário-geral da Presidência do Conselho, director-geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças, director-geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, director-geral da Providência e Habitações Económicas do Ministério das Corporações, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e auditor jurídico da Presidência do Conselho.

- § único. Compete à comissão:
- Dar parecer sobre os planos de distribuição a apresentar pela Câmara Municipal de Lisboa.
- Propor as providências que julgar mais convenientes para a boa realização dos fins deste decreto,
- 3) Sempre que se trate de moradias económicas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933, e legislação complementar, propor ao Presidente do Conselho as percentagens a adoptar na repartição das casas entre os beneficiários que a lei reconhece tendo em vista a mais equitativa distribuição das moradias e a satisfação das necessidades verificadas em cada plano anual.

Art. 12.º — Os prédios das categorias I e II, previstos no artigo 3.º, construídos ao abrigo deste decreto-lei, são isentos de contribuição predial e quaisquer impostos e taxas durante quinze anos, a contar da data da respectiva licença de ocupação.

Art. 13º — São declaradas de utilidade pública urgente as expropriações necessárias à realização dos trabalhos previstos no presente diploma, mediante aprovação em Conselho de Ministros dos planos gerais das áreas a urbanizar, com indicação precisa dos respectivos limites, ou dos anteprojectos dos trabalhos de grande urbanização, especialmente dos relativos aos arruamentos importantes e à rede geral de saneamento, com a demarcação rigorosa das respectivas áreas de ocupação.

Art. 22.º — Fica a Câmara Municipal de Lisboa autorizada a criar, a título eventual, junto à presidência, um serviço técnico incumbido de dar execução ao plano aprovado pelo presente diploma, designadamente no que respeita à preparação e à direcção e fiscalização das obras.

§ único. A Câmara Municipal de Lisboa poderá contratar ou assalariar o pessoal técnico, administrativo e menor, de acordo com o estabelecido neste artigo, nos termos e com as remunerações que merecesem a aprovação do Ministro do Interior. ouvido o Ministro das Obras Públicas.



### OLIVAIS-NOR TE

Plano do Gabinete de Estudos de Urbanização da C. M. L. Arranjo dos espaços exteriores e direcção de obra do Gabinete Técnico da Habitação da C. M. L.

Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais elaborado em 1955:

#### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento populacional da cidade obriga o Municipio a, simultâneamente com a revisão e actualização do Plano Director de Urbanização de Lisboa, estudar a realização de planos parciais de urbanização, de forma a acompanhar e orientar a expansão da cidade.

Entre as grandes áreas de urbanização cujo estudo terá de ser feito desde já, e que a seu tempo foram previstas dentro da orientação geral definida para a planificação de L'sboa, reveste particular importância a dos Olivais.

Prevista no delineamento geral da cidade a localização neste ponto da Zona Industrial, a sua efectivação ocasionou uma profunda alteração das características desta área, até há bem pouco quase exclusivamente rural.

É assim premente a necessidade de, pela execução de um plano parcial de urban'zação cuidadosamente ponderado em todos os seus aspectos, garantir a possibilidade de vida perto do local de trabalho, à população que na Zona Industrial exerce a sua actividade.

Ao elaborar o presente estudo base tiveram-se em conta, além dos condicionamentos orográficos, aqueles que provém da urbanização já executada.

#### ORIENTAÇÃO GERAL DO ESTUDO

A percentagem das diferentes categorias de habitação segundo as rendas possíveis foi calculada de acordo com

a hipótese de distribuição que tem sido adoptada, mas corrigida pela necessidade de considerar a proximidade da Zona Industrial e o realojamento da população hoje existente na zona.

Previu-se a seguinte distribuição de habitações:

Rendas médias de 100\$00	30 %
Rendas médias de 300\$00	50 %
The transfer of the same of th	
Rendas médias de 700\$00	15 %
Rendas médias de 1300\$00	5 %
Rendas médias de 100\$00 e 300\$00	
De 1 quarto de cama	5 %
De 2 quartos de cama	55 %
De 3 quartos de cama	40 %
Rendas médias de 700\$00 e 1300\$00	
De 2 quartos de cama	40 %
De 3 quartos de cama	30 %
De 4 quartos de cama	30 %
	00 10

Fixadas as características e ordem de grandeza das dimensões dos diferentes tipos de habitação, houve que definir o critério de implantação dos edificios.

De acordo com a experência adquirida e tendo presente os ensinamentos da técnica de urbanização actual, adoptou-



Planta da cidade com a indicação das zonas de Olivais-Norte, Olivais-Sul, Chelas e Montes Claros destinadas ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 42 454.

-se francamente o principio da independência dos blocos habitacionais, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação conveniente, isolamento das habitações, etc.

Por esta razão o espaço livre envolvente dos blocos constituirá um logradouro colectivo convenientemente arborizado.

Quanto às moradias foi prevista a divisão do terreno em lotes privados, de forma a que cada uma possua o seu logradouro dimensionado de acordo com a classe de habitação.

Os arruamentos desta zona foram estabelecidos de acordo com o seguinte esquema:

- Arruamentos principais de ligação às grandes artérias, dispostos de forma a orientar as penetrações;
- Arruamentos de serviço local traçados de forma a fâcilmente darem acesso a todos os pontos da célula, mas sem a possibilidade de por eles, se estabelecerem curto-circuitos, desviando a circulação dos arruamentos principais:
- Arruamentos para peões traçados com a preocupação de reduzir as distâncias a percorrer a pé e de facilitar o estabelecimento da rede de esgotos;
- Serventias dos blocos habitacionais estabelecidas de forma a permitir o rápido e fácil acesso às habitações, a eventual passagem das viaturas dos serviços de recolha dos lixos, bombeiros, ambulâncias, etc., e ainda, nos casos em que a distância aos arruamentos e o tipo de habitação o aconselhar, o estacionamento dos veículos dos moradores;

-- Estacionamento ao longo dos arruamentos nas zonas de moradias unifamiliares geminadas, zonas comerciais ou de artesanato, e outros locais onde as necessidades o aconselharem.

As instalações de interesse colectivo foram previstas tendo em vista a rapidez é a facilidade de acesso de qualquer ponto da célula a que se destinam.

Os centros comerciais e os grupos escolares foram localizados de modo a nunca se situarem a distâncias superiores a 250 m. das habitações e a não ser necessário, para os segundos, o atravessamento de qualquer arruamento de maior circulação.

As construções de interesse geral foram localizadas de forma a servirem còmodamente todas as células e serem fàcilmente acessíveis do exterior da unidade.

#### DESCRIÇÃO GERAL DO PLANO

A célula A está situada na parte Norte da unidade e abrange a área compreendida entre o Bairro de Casas Económicas da Encarnação, a 1.ª Circular e o arruamento já existente que, contornando aquele bairro, termina na Praça de Moscavide.

As rasantes dos arruamentos foram estudadas tendo em vista uma boa adaptação ao terreno de forma a tornar tão pequeno quanto possível o volume de terras a movimentar, permitindo simultâneamente estabelecer uma translção para os terrenos marginais de forma a assegurar boas condições de implantação às construções vizinhas.

#### FICHA TECNICA (segundo o GCEH)

1. Concelho: Lisboa Sitio: Olivais-Norte
 Plano: Olivais

4. Célula A

5. Datas dos planos: 1.º Plano - 1955

2.º Plano - 1957 3.º Plano - 1958

6. Datas dos projectos: arruamentos - 1956 arquitectura - 1959

7. Datas da construção: arruamentos - 1957 arquitectura - 1960

Batas da ocupação: 1960
 Entidade: C. M. L.
 Legislação: Decreto 42 454

Propriedade das habitações:

Federação das Caixas de Previdência - 304 Fogos

Caixa Geral dos Depósitos - 348 Fo-

Cofre de Previdência do Ministério das Finanças — 94 Fogos

Serviços Sociais das Forças Armadas - 198 Fogos

Fundação Cardeal Cerejeira - 156 Fogos

Câmara Municipal de Lisboa - 465 Fogos

(Categoria 0, Realojamento)

Características sócio-urbanísticas: Categorias e rendas: Categoria I — 200-400 esc. Categoria II—400-600 esc. Categoria III — 700-900 esc. Categoria IV - até 1500 esc.

13. Áreas de terreno Bruta: 40 ha

Liquida: 35.775 (s/equipamento)

14. Areas dos edificios de habitação

≤ de implantação: 3.875 ha

de pavimentos de habitação: 17,000 ha

15. Número, Tipos de Fogos (quadro)

16. Número total de fogos: 1889

17. Número total de peças: 7664

18. Número total de habitantes: ~ 8500

19. ind/ce<sub>5</sub>

A. Implantação =0,097

A. Bruta

A. Total de pavimentos de habitacio = 0.425

A. Bruta

20. Densidades

Habitação: 47 fogos/ha Habitação: ~ 191.6 peças/ha População: ~ 212 hab./ha

21. Distribuição dos custos: (quadro)

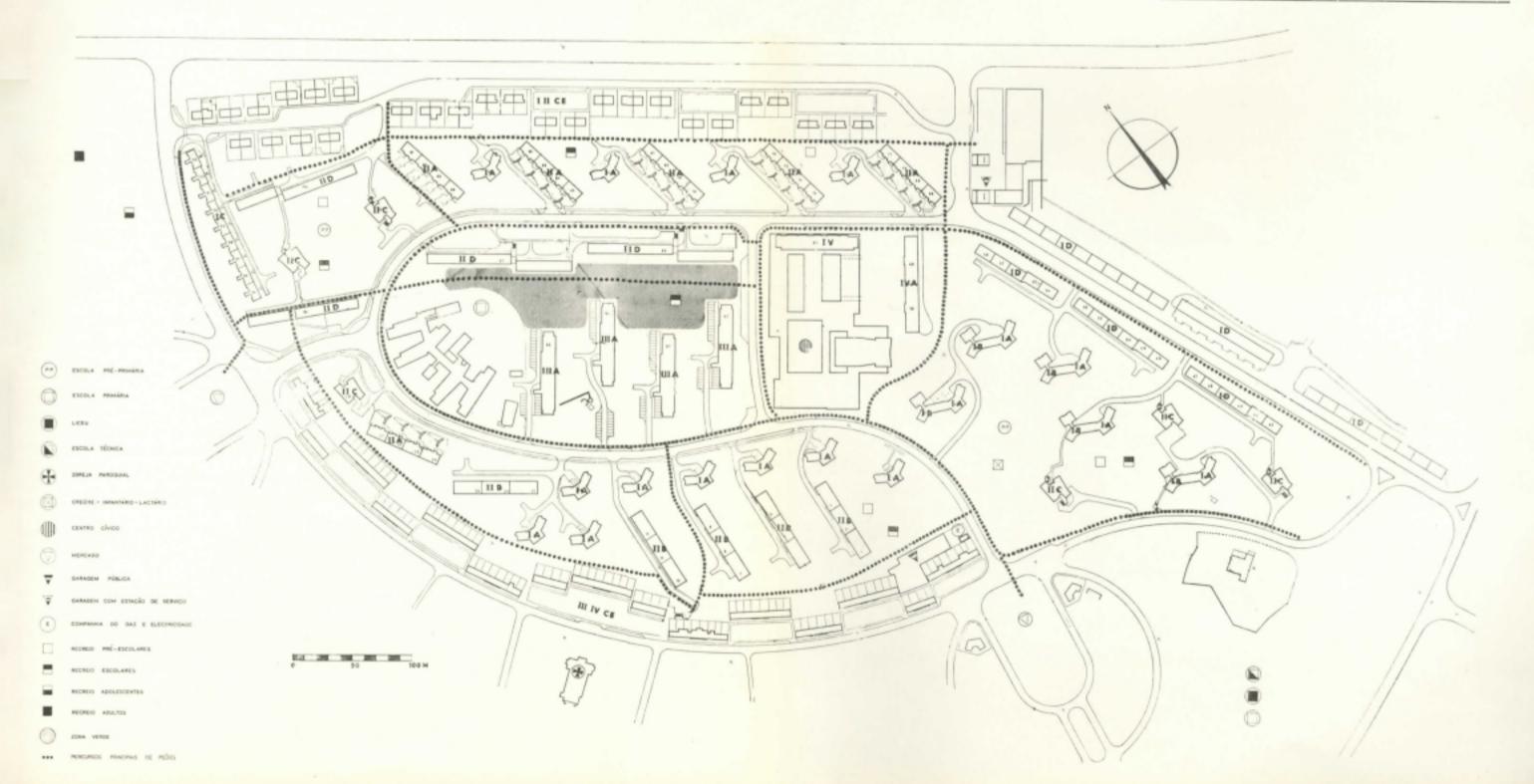
OLIVAIS-NORTE

#### QUADRO DE ZONAMENTO GERAL

Area total  Número de fogos  Número de habitantes  Densidade bruta  Densidade liquida	40 Ha 1889 8500 212.5 hab/h: 278.9 hab/h:
RESUMO:	Percentagem
Area habitacional Rede viária, garagens e esta-	13 88
cionamentos Espaços livres Equipamento urbano	16.00 62,30 7,82
	100,00 %

NOTA GERAL—O equipamento escolar primário e secundário, religioso, abastecimento (mercado), desportivo e de espaços verdes referente ao escalão célula é completado na medida em que esta célula se integra.

	Área	Percentagem
Area habitacional (coberta)	3,875	9,68
(logradouros privados)	1,680	4.20
Espaços livres (zonas verdes, eq.º de ar livre, percursos de peões, áreas de jogos e re- creios)	24,920	62,30
Centro civico e comercial Eq. e escolar (primário e pré-	1,225	3 07
-primário)	1,500	3,75
Equipamento assistencial	0.400	1,00
Rede viária (principal)	3 900	9.75
(serventia)	1,400	3,50
Garagens e estacionamento público	1.100	2,75
Totals:	40,000 HA	100 00 %



#### QUADRO TIPOLÓGICO DA HABITAÇÃO

	Designação	Categoria da	Número de	Composição duma unida de construção		ade	Total de		
	Designing	habitação	pisos	$T_1$	T2	T <sub>3</sub>	$\mathbf{T_{4}}$	Soma	fogos
GTH	I A	I	4 P	_	8	8	_	16	_
				_	98	105	_	-	203
	I B	I	4 P+1	_	10	9	_	19	_
	I A	I	4 P	_	8	8	-	16	_
				-	90	85	-	-	175
	I C	I	4P+1	2	4	4	-	10	_
				18	36	36	_	-	90
	I D	I	4 P	_	4	6	_	8	_
				-	168	168	-	-	336
	CATEGORIA I			18	392	394	_	_	804
	II A	II	4 P.	_	4	4	_	8	_
				_	96	96	_	-	192
	П В	II	4 P	-	15	_	_	15	_
				_	225	_	_	_	225
	и с	II	8 P	8	16	8	_	32	_
				48	96	48	_	-	192
	II D	II	4 P	_	_	20	20	40	_
				-	-	72	72	-	144
	CATEGORIA II			48	417	216	72	-	753
	III A	III	8 P+L	_	_	16	16	32	_
				_	_	64	64	_	128
	CATEGORIA III					64	64	_	128
	IV A	IV	IOP	_	_	_	20	20	_
				_	_	_	40	_	40
	IV	IV		_	_	_	_	12*	12
	CATEGORIAIV						40	_	52
	TOTALS			66	809	674	176		1737
мор	I II СЕ	I							64
		II							34
	III IV CE	III							36
		IV							18
	TOTAL								152
			Т	OTAL	DA C	ÉLULA	_ FO	GOS	1889

Não se considera a sua composição por se tratar de caso especial.



Vista aérea (parcial) de Olivais-Norte

Este objectivo conduziu ao estudo duma regularização geral do terreno, interessando não só os arruamentos, como as áreas destinadas a edificação e até os próprios espaços livres.

A localização dos edifícios destinados a habitação foi feita tendo em atenção a conveniência de estabelecer uma transição gradual entre os do's tipos de construção e entre as várias categorias de renda, evitando no entanto a segregação de qualquer das categorias de habitação adoptadas.

Assim, evitou-se que as casas económicas fossem todas agrupadas constituindo um «bairro» isolado das restantes habitações, dando contudo ligação entre as áreas a elas destinadas nas várias células, de forma a facilitar a indispensável assistência social exercida pelas entidades competentes.

Os blocos habitacionais foram implantados nas diferentes células com base especialmente em razões de equilibrio social da célula, tendo presentes igualmente as condições topográficas.

As edificações de carácter colectivo, isto é, os blocos de habitações, por razões de ordem topográfica e restantes condicionamentos de ordem local, foram localizados nas zonas centrais das duas áreas que são abrangidas pelo plano; os blocos mais altos junto ao centro, decrescendo as suas alturas para a periferia, de maneira a acompanhar a orografia local.

Para a determinação do número de carros a considerar no estabelecimento da capacidade de recolha, adoptou-se o seguinte critério:

Habitações do Tipo II —1 carro por cada 15 famílias Habitações do tipo III —1 carro por cada 6 famílias Habitações do tipo IV —1 carro por cada 1,5 famílias

#### ESPAÇOS VERDES

Quase todo o espaço verde previsto comporta-se como logradouro colectivo da população.

Os maciços de arvoredo (mata) formando sebes, cortinas ou galerias, distribuem-se de harmonia com a ecologia e com a função que desempenham.

Prevê-se, em primeiro lugar, que separem por cortinas e galerias o conjunto habitacional das principais vias de penetração e das circulares limítrofes. Por outro lado, um segundo sistema desenvolver-se-á numa série de sebes perpendiculares à direcção dos ventos do quadrante Norte, dominantes durante o ano e que caracterizam o clima do sitio. Consegue-se desta maneira uma protecção dos blocos habitacionais.

Maciços de arvoredo constituídos por bastantes perenifólias permitem ocultar em pormenor a zona industrial e o cemitério.

A compartimentação provocada pela rede sebes, cortinas e galerias de arvoredo terá portanto, como resultado, o enquadramento dos blocos habitacionais.

As oliveras centenárias já existentes no local serão, desde logo, elementos excelentes pelo porte, perfil e idade na valorização do espaço verde.

Deve-se prever a sua manutenção, transplantando as que, de forma alguma, poderão ficar situadas nos locais em que se encontram.

#### EDIFICAÇÕES DE INTERESSE GERAL

Os grupos escolares foram previstos tendo em atenção a percentagem da população da célula que os deverá frequentar.

Fundamentados em dados estatísticos, previmos que a instrução primária absorverá 10 % da população e a educação pré-primária 4 %.

Centro civico, recreativo e comercial geral — Será o centro de atracção dos habitantes de toda a Unidade; nele se situarão os serviços oficiais necessários à vida do novo Bairro, uma casa de espectáculos, cafés, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais adaptados às necessidades de toda a população. Ficará constituindo um conjunto de forma a limitar um espaço livre público só acessível por arruamentos de peões e devidamente arborizado. Neste conjunto integram-se também dois blocos de edifícios onde se poderão instalar as profissões liberais, escritórios comerciais e industriais e actividades afins.

Amplos parques de estacionamento garantem a possibilidade de cómoda utilização deste agrupamento quer pelos veículos próprios dos usuários quer pelos transportes de serviço dos estabelecimentos.

### OLIVAIS-NORTE - nota crítica

Olivais-Norte constitui a primeira realização, em Lisboa, dum plano habitacional de envergadura concebido em moldes verdadeiramente modernos

Trata-se dum empreendimento iniciado há já alguns anos pela Câmara Municipal da cidade, visando alojar 8500 habitantes em cerca de 1900 fogos. Esta iniciativa fundamenta-se na entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42 454, último diploma publicado sobre o problema da habitação económica. Já reservadas para fins habitacionais pelo Plano Director do extinto Gabinete de Estados de Urbanização (G. E. U.), as malhas dos Olivais e Chelas foram escolhidas para campo de aplicação da nova legislação.

A política, já longa, de aquisição de terrenos promovida por Duarte Pacheco teve como resultado grande parte da área dos Olivais-Norte ficar na posse da Câmara. Este facto não é estranho à escolha desses terrenos para a aplicação do condicionalismo do decreto-lei. Afastada a especulação pelos poderes públicos foi possível neste caso—que, no entanto, permanece excepcional—concretizar um empreendimento no qual a incidência do custo dos terrenos dentro do orçamento geral é particularmente baixa.

Olivais-Norte, enquadrado dentro dum vasto programa camarário de criação de unidades residenciais, constitui a primeira fase, já em estado de franco adiantamento. do grande conjunto habitacional que se se estenderá pela zona oriental da cidade. Deste complexo, representa este núcleo uma fracção — uma célula — escalão habitacional intermediário entre a unidade de vizinhança em que se subdivide e a «malha» em que se integra. Com efeito, criar-se-ão relações de apoio, principalmente de equipamento, entre a célula Olivais-Norte e a malha, já em realização, dos Olivais-Sul (e também entre estas e o vizinho bairro económico da Encarnação).

Zona de expansão da cidade, os Olivats e Chelas apresentam, contudo, importantes problemas climáticos devido à sua exposição aos ventos dominantes do quadrante Norte. Também a existência duma faixa de indústrias litoral que se encontra, aliás, em pleno desenvolvimento, vem trazer problemas em relação aos fumos, cheiros e gases provenientes das instalações fabris e

trazidos pelos ventos daquele quadrante. A ocupação habitacional dessa vasta área implica assim a resolução das questões de protecção climática e de poluição atmosférica. Já na Memória Descritiva do Estudobase dos Olivais se faz referência à necessidade de utilizar cortinas de arvoredo e sebes para dificultar a passagem dos ventos frios dominantes.

Antes porém de entrar na análise da célula habitacional dos Olivais-Norte mais de perto, propósito afinal deste artigo crítico, considera-se conveniente chamar a atenção para um problema ainda à escala urbana: o da relação habitação-trabalho. Se bem que a intenção do Plano Director (G. E. U.) fosse garantir a possibilidade de vida, perto do local de trabalho, à população que exerce a sua actividade na zona, a função de apoio habitacional que lhe tinha não se virá a verificar pelo menos na generalidade. Com efeito, a grande mancha de apoio habitacional de que falámos - Olivais-Sul Olivais-Norte e Chelas - irá enraizar, ou enraíza já toda essa população diversa constituída essencialmente pelos beneficiários dos organismos de previdência. Não sendo, então, a população necessàriamente afecta à zona industrial como se irá comportar dado o afastamento da célula do centro da cidade? Consequentemente, tais zonas, não desempenhando cabalmente a função de apoio habitacional que lhes tinha sido atribuída pelo Plano Director, obrigariam a uma reorganização da zona industrial tendo em vista, entre outros objectivos, estabelecer nova localização das áreas residenciais das populações directamente ligadas às actividades secundárias.

As circunstâncias resultantes, sobretudo, da urgência na apresentação de estudos concretos para início da execução das disposições legais do decreto n.º 42 454, motivaram a não revisão dos estudos de urbanização e dos projectos de arquitectura ja realizados antes da promulgação do mesmo diploma para a célula dos Olivais-Norte. Deste modo, o condicionalismo do momento conduziu por um lado à escolha dum estudo estranho às disposições legais do decreto e pelo outro levou a uma adaptação deste demasiado apressada. Assim, não é de estranhar que a célula dos Olivais-Norte não

constitua em si um exemplo cabal da recente actividade camarária em matéria de planeamento habitacional. Esta actividade deverá assumir uma forma mais ponderada e elaborada em realizações posteriores: Olivais-Sul e Chelas.

Para uma melhor compreensão do interesse que esta realização habitacional oferece tanto ao nível do planeamento urbanístico como à escala do agrupamento de fogos será certamente útil estabelecer uma análise comparativa com outras realizações anteriores e semelhantes.

Valerá certamente a pena comparar a actual realização dos Olivais com o bairro da Encarnação não só pela sua contiguidade que convida a fazê-lo como também e sobretudo por se tratar de dois empreendimentos da mesma natureza — programas habitacionais de carácter económico — e dimensão.

A unidade elementar do Bairro da Encarnação é a moradia geminada, cada habitação desenvolvendo-se em dois pisos, com escada interior, quer se trate do tipo A—rendas mais baixas—ou do tipo D—rendas mais elevadas. Este partido tem por base a ideia de alojar cada família em moradia própria, rodeada dum pequeno jardim, propósito que se revelou a um tempo desactualizado e proibitivo por não só ser perfeitamente estranho à resolução, em moldes efectivamente económicos, do problema como também pelo claro desfasamento das propostas em relação a soluções afins estrangeiras da época.

A superfície ocupada no terreno pela construção é considerável e se a esta superfície se adicionar a área coberta pelos arruamentos organizados duma forma convencional chegamos a obter a quase totalidade da área do bairro em detrimento dos espaços livres colectivos e das instalações de interesse geral que são escassos em benefício da unidade familiar, fortemente individualizada. Assim, a extensão que atingem à população alojada obriga a consideráveis despesas de urbanização e de manutenção.

Em resumo, pode-se assim caracterizar o bairro da Encarnação: repetição, exaustiva e monótona, do elemento moradia geminada em detrimento dum espírito comunitário que se traduzisse, eventualmente, numa vertebração daquele elemento em



núcleos polarizados em torno de espaços livres colectivos.

Nos Olivais a rua tradicional desaparece e em seu lugar surge uma rede circulatória baseada na separação, mais ou menos acentuada, entre os caminhos pedestres e as vias de circulação mecânica. As habitações agrupam-se em blocos de variadas formas e dimensões. Estes não formam volumes continuos alinhados com os arruamentos antes implantam-se isoladamente duma forma livre em relação àqueles, subordinando-se quase sempre às exigências da orientação solar mais conveniente. Os espaços entre blocos, fluídos, não cerrados, serão tratados — não se encontram ainda construídos - como zonas ajardinadas ou preenchidos com órgãos de equipamento de interesse geral. A espinha dorsal da organização urbanística é o arruamento princtpal de circulação que conduz ràpidamente ac centro cívico e comercial, centro natural de convergência dos habitantes.

Como consequência do partido adoptado a dotação de espaços livres em relação ao total da área é generosa (cerca de 62% de área total da célula); a área ocupada pela rede viária, garagens e estacionamentos é francamente reduzida (16%) em benefício das zonas verdes e da área habitacional que estas servem.

Os princípios urbanísticos aplicados são claramente derivados da Carta de Atenas e constituem indiscutivelmente o ponto de partida de qualquer realização urbanística contemporânea.

Poder-se-ia apontar ainda aos Olivais-Norte um excesso de fidelidade a princípios esquemáticos, excesso que, por ter conduzido a uma neutralidade dos espaços urbanos, a um esquema circulatório demasiado desvinculado dos edifícios e a outras características já aludidas, poderá talvez não ajudar à constituição duma vida comunitária intensa.

Postas lado a lado as características essenciais das duas realizações, ressalta claramente o caminho percorrido num sentido de enriquecimento da vida comunitária mediante a criação de propostas de equipamento comum e da estruturação de unidades de habitação colectiva.

0

Na sequência da política adoptada e codificada nos decretos-leis sobre habitação económica, a célula dos Olivais-Norte constitui uma tentativa de miscegenação social tendo em vista pôr em presença camadas populacionais de diferentes níveis económicos evitando-se a criação de zonas socialmente segregadas, Resta no entanto—e a questão é extensível a qualquer realização do genero—apurar em definitivo como mais esta tentativa irá ser acolhida e vivida e ainda quais as dificuldades específicas que porá. Por enquanto apenas com parte da população já instalada, é certo.

A margem contudo, poder-se-ão formular algumas questões que, não constituindo em si argumentos críticos à célula em foco, foram sugeridas pela sua organização. Poder-se-á, com efeito, perguntar: em que medida dever-se-á assegurar uma continuidade de «habitat»—e não uma ruptura mais ou menos radical - às populações de baixos recursos que se instalam em bairros novos vindos de ambientes insalubres (bairros de lata e congéneres) ou de zonas ant:gas da cidade? Ou, inversamente, em que medida dever-se-á propor uma mudança radical de «habitat» com base na convicção de que a nova habitação actuará sobre o agregado familiar pedagògicamente, tal como uma «escola de «habitat»? Este problema é inteiramente aplicável aos Olivais onde numerosas famílias oriundas dos bairros provisórios vizinhos vieram instalar-se em moradias de rendas modestas sob o patrocínio da Fundação C. Cerejeira.

Neste caso, a linguagem urbanística utilizada é alheia a preocupações de assegurar continuidade à tradição urbana e afirma assim uma clara ruptura com o «habitat» de origem das populações alojadas. É cedo, sem dúvida que ainda é cedo para se pro-

curar tirar conclusões quanto ao comportamento dos habitantes dentro do novomeio urbano. Necessário será que a célula esteja concluída e inteiramente habitada e ainda que decorra o tempo suficiente para que as reacções se clarifiquem e os inquéritos se realizem.

Já parcialmente ocupada, esta célula apresenta um ambiente árido, sem qualquer mancha de verde a amenizá-lo. Muito embora se tenha previsto o contrário com a construção do bairro todas as primitivas árvores — oliveiras — foram arrancadas. O resultado põe problemas. Com efeito, parece ser necessárlo que o processo de construção das infra-estruturas e dos edificios seja acompanhado ou antecipado pelo arranjo dos espaços livres, modelação geral do terreno e arborização, caso contrário a população que se vai instalar no bairro, viverá durante largo tempo num ambiente provisório, inacabado e desconfortávei.

Também a cobertura comercial prevista e projectada não foi ainda construída o que tem acarretado problemas de abastecimento dos seus habitantes. Estes têm agora de se servir—duma forma deficiente alias - das lojas existentes no bairro da Encarnação o que não ajuda à constituição duma incipiente vida colectiva. É, no entanto, provável que estes inconvenientes tivessem sido evitados se a cobertura comercial fosse prevista por fases correspondentes a escalões. Tudo leva a supor que a concentração de todo o comércio da célula num só centro - neste caso no Centro Cívico e Comercial - arrasta problemas de planeamento temporal. Uma possível solução seria — tal como foi concebido para os Olivais-Sul prever um primeiro escalão de comércio para suprimir as necessidades elementares. escalão esse que poderia ser integrado nos próprios blocos habitacionais.

O conjunto sócio-cultural tem levantado dificuldades de concretização prática, não só no que diz respeito à programação definitiva das instalações mas também e sobretudo no que se refere ao regime de exploração, aspecto sempre problemático no nosso meio quando se trata de equipamento com características não convencionais ou rotineiras

A diversidade de concepção dos blocos sobretudo ao uso de materiais e métodos construtivos e, em certa medida o não acerto geral quanto a problemas de normalização e de modulação, manifestam-se mais ou menos claramente, o que encontra certamente uma justificação se se atentar nas características gerais do sector da construcão civil, incipientemente industrializado e mecanizado, e no modo de projectar dos técnicos mais ou menos, por força das circunstâncias, alheados do estudo e prática dos meios técnicos de produtividade que intervêm na elaboração dos projectos: o uso de coordenação modular e normalização dimensional, a escolha dum plano massa e dum partido arquitectónico compatíveis com a produtividade, o emprego de elementos-tipificados, etc

São, aliás, por demais evidentes e conhecidas as vantagens decorrentes da industrialização da construção entre as quais se deve salientar o aumento da produtividade e, consequentemente, o embaratecimento da unidade construída. Um dos obstáculos a esta industrialização — que exige a estabilidade das condições económicas e, deste modo, uma continuidade administrativa e financeira, técnica e comercial, continuidade essa que assegura as condições de

produtividade — é a diversidade de concepções dos projectos, diversidade essa que parece antes ser uma consequência, não intencional, dos métodos de trabalho seguidos entre nós do que um gosto procurado pela variedade das soluções. Sem dúvida que a inexistência, então, dum gabinete de estudos que apoiasse os projectistas fornecendo-lhes material normativo e um método de abordar o problema da habitação econômica, em muito contribuiu para os resultados heterogéneos aludidos.

Evidentemente que essa diversidade arquitectónica é alheia ao plano das preocupações dos futuros proprietários (ou locatários), de preferência interessados nos aspectos elementares das suas habitações e, principalmente, no seu preço. E assim é que nos Olivais-Norte distinguem-se, de maneira mais ou menos evidente, segundo os casos, duas escalas arquitectónicas que correspondem dum modo geral aos blocos das categorias I e II (exceptuados talvez os blocos-torres) e aos das categorias III e IV. No primeiro caso podemos falar duma escala discreta, que não se impõe, loca!, enquanto que as edificações do segundo grupo ligadas a valores e conceitos ractonalistas, impõem-se pela presença volumétrica e aparentam-se, afinal com outras realizações mais antigas: Av. Estados Unidos da América, Av. Infante Santo, etc.

Assim, afigura-se indispensavel que se constga a possibilidade de normalizar os projectos por forma a assegurar uma continuidade às empresas construtoras visando a progressiva racionalização e mecanização dos processos construtivos.

Os fogos duma maneira geral, apresentam, mesmo dentro de cada categoria, diferenças de relevo especialmente quanto a areas, sua diferenciação funcional e tipos de acabamentos empregues. Duma maneira geral as áreas destinadas a habitação sao francamente satisfatórias, nalguns casas até generosas se se tiver em conta que se tratam de habitações económicas como e o caso da categoria IV e, embora não tao nitidamente, o dos fogos da categoria III. Nem sempre no entanto, uma maior diversificação dos espaços internos, especialmente no que diz respeito ao equipamento de servico - cozinhas, estendais e arrumos - se verifica nas habitações de maiores superfícies. Esta diferenciação de áreas, tendo em vista uma maior aderência da casa às múltiplas necessidades funcionals do agregado familiar, é mais intencional e culdada nos blocos das categorias I e II e, em particular nos projectos dos arquitectos Braula Reis e Nuno Teotónio Pereira.

É de esperar que a experiência adquirida nestas matérias e ainda a que nos irá sendo dada sirvam de orientação a novas realizações congéneres. De qualquer modo, Olivais-Norte é uma importante realização em matéria habitacional: formula, equaciona e resolve problemas correlativos, quer sejam considerados dum ponto de vista urbanístico quer sob os aspectos de equipamento e arquitectónicos.

#### OLIVAIS-NORTE Estudo Económico

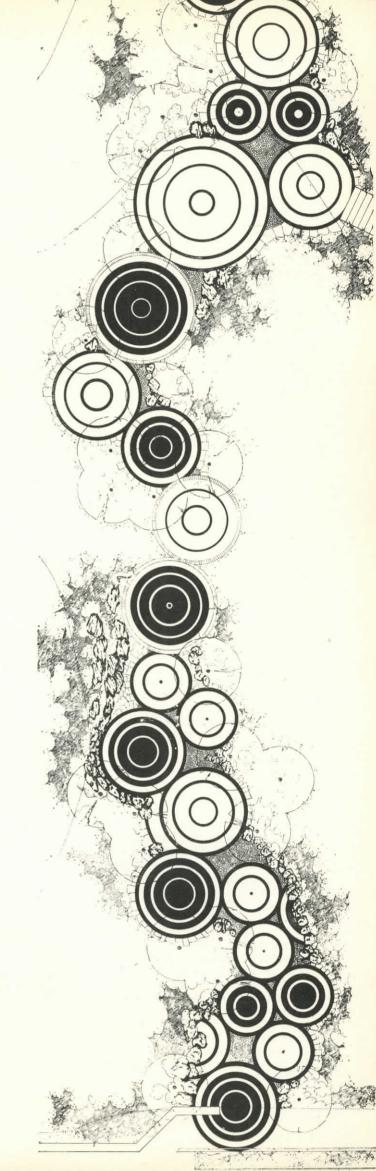
				Custos parciais (contos)	Custos globais (contos)	Custos por fogo (contos)	Custos por hectare (contos
A	Terreno				15 000	8,6	37,5
В	Estudos				2280	1,3	57
C	Projectos	1	Habitação	1540			
		2	Centro Civico	760			
		3	Escola P	100	2910	1,7	72,7
		4	Escolas P. P.	60			,
		5	Centro Social	50			
		6	Arruamentos e Iluminação	400			
D	Trabalhos de	1	Arruamentos	7800		15,6	678,8
	urbanização	2	Colectores	5850	27 150		
		3	Iluminação	1500			
		4	Espaços livres	12 000			
Е	Construção de	1	Escola P	2600			
	equipamento	2	2 Esc. P. P	1000	19 600	11,3	490
		3	Centro Civico	15 000			
		4	Centro Social	1000			
F	Construção das	Ha 7 fo	bitações	_	106 000	61,0	2650
G	Diversos			_	820	0,5	20,5
			TOTALS		173 760	100	4344

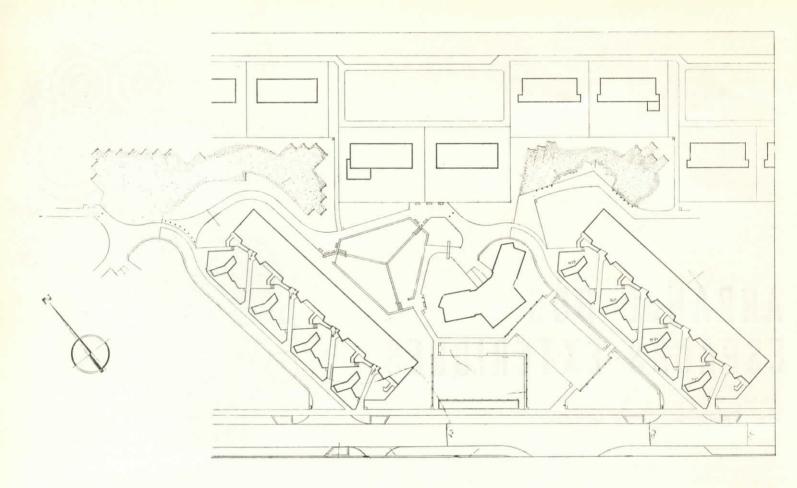
# ARRANJO DOS ESPAÇOS EXTERIORES

arq. Paisagista: Ponce Dentinho

O traçado dos acessos e serventias de Olivais-Norte obedece aos seguintes critérios.

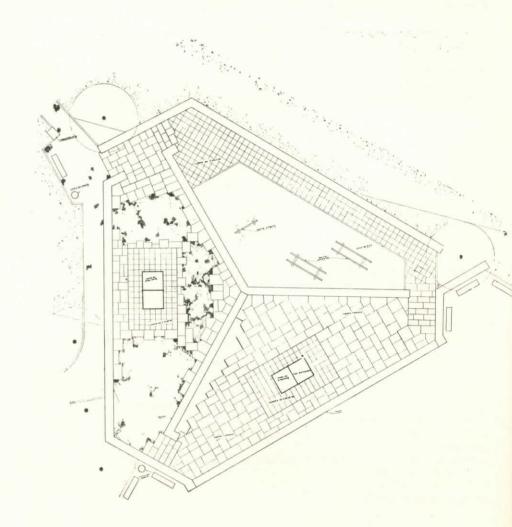
- I Assegurar a segurança do peão fora dos arruamentos principais.
- II Segregar os tipos de trânsito e de serviços pela diferenciação dos materiais empregados.
- I Em relação ao primeiro critério estabelecem-se as seguintes normas:
- $1.^{\circ}$  Os arruamentos principais foram protegidos do atravessamento anárquico pelos peões por meio de protecção física que tomou um dos seguintes aspectos:
  - a) O passe: o de pe\(\tilde{o}\) es de tra\(\tag{a}\) continuo paralelo aos arruamentos principais \(\tilde{e}\) separado das faixas de rodagem por parque de estacionamento longitudinal.
  - b) O passeio dos peões de traçado contínuo paralelo aos arruamentos principais é separado da faixa de rodagem por «barreira psicológica».
  - c) O passeio de peões de traçado contínuo paralelo aos arruamentos principais é separado da faixa de rodagem por caldeira sobreelevada 0,30 do lado do caminho de peões de forma a constituir obstáculo não fâcilmente transponível.
  - d) O passeio de peões de traçado continuo paralelo aos arruamentos principais é separado da faixa de rodagem pelo pavimento diferenciado dos impasses que nesses pontos têm acesso e sem prejuízo de continuidade do pavimento passeio para peões.
- 2.º A segurança dos peões fora dos arruamentos principais conseguece também pelos seguintes meios:
- a) Pelo estabelecimento de lancil de estacionamento nas inserções dos acessos com os arruamentos principais.
- b) Pelo estabelecimento da continuidade do pavimento do passeio de peões paralelo aos arruamentos principais sobre a faixa do acesso ao trânsito automóvel nas áreas em que estas vias se intersectam.
- c) Dando a forma de beco ou impasse aos acessos, não permitindo a circulação em circuito fechado.
- d) Estabelecendo uma largura da faixa que só cautelosamente permite a passagem de dois veículos lado a lado.
- e) Criando raios de curvatura horizontais e verticais próprios de velocidades reduzidas,
- f) Criando sobrelarguras mínimas.
- g) Criando declives mais acentuados.

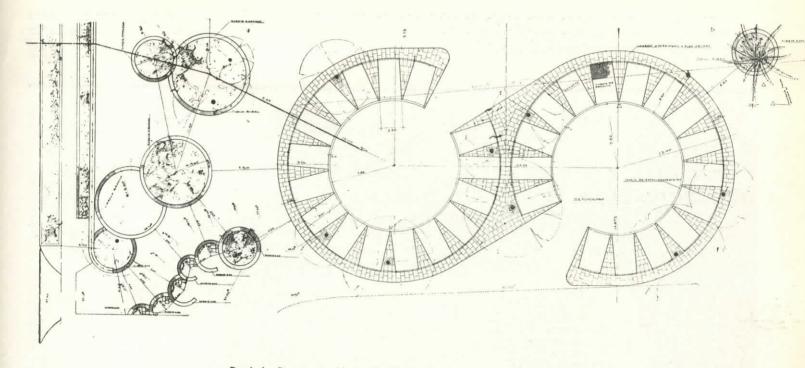




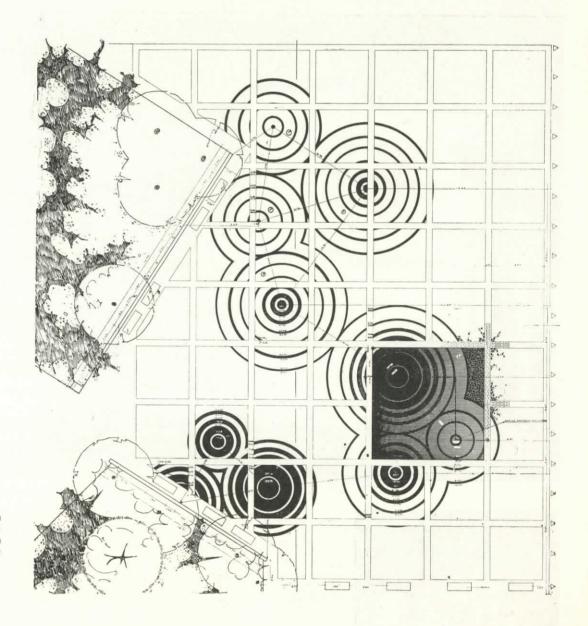
Exemplo de um dos recreios infantis para crianças em idade pré-escolar

- h) Criando no revestimento dos pavimentos a calçada que também não convida às grandes velocidades.
- II Nos acessos e serventias, oferece-se a segregação aparente das vias pela sugestão de utilização dos seguintes materiais que obedecem ao<sub>S</sub> critérios atrás expostos,
- 1.º Materiais:
- a) Calçada de grês Nas calçadas dos acessos ao trânsito automóvel.
- b) Tijolo Nos caminhos e passeios de peão de ligação aos arruamentos principais e sob os quais deverão passar as redes de distribuição de água, gás electricidade, baixa e alta tensão, e nas guardas das caldeiras a que se refere a alínea I, 1.º, c).
- c) Calhau rolado sobre betonilha Nas barreiras psicológicas nos locais em que estas são previstas junto aos arruamentos principais
- d) Lancis de cantaria de estacionamento na entrada dos acessos de trânsito automóvel.
- e) Lanci<sub>s</sub> sobreelevados no topo dos acessos.
- f) Caiçada de vidraço à portuguesa com desenho nas áreas pavimentadas de tratamento mais formal,
- g) Cubos de granito nos parque<sub>s</sub> de estacionamento.





Do lado Poente do bloco 59-60 prevê-se um amplo parque de estacionamento. A configuração que foi dada permite uma circulação que convém à proximidade de um grande bloco e do Centro Cívico. A solução encontrada julga-se de utilização mais generalizável, designadamente nos espaços de girações de trânsito não muito rápido. A forma pretende também ter valor estético do ponto de vista dos andares superiores do bloco



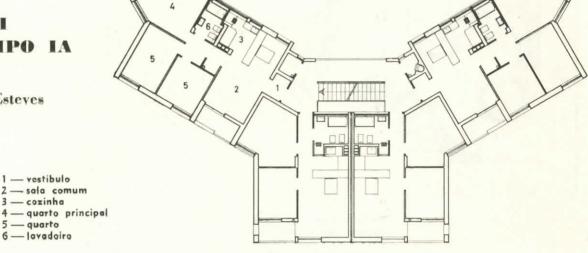
O tipo de desenho adoptado para caracterizar Olivais-Norte é de fácil realização pois permite a utilização de moldes simples que rodam em torno dos centros

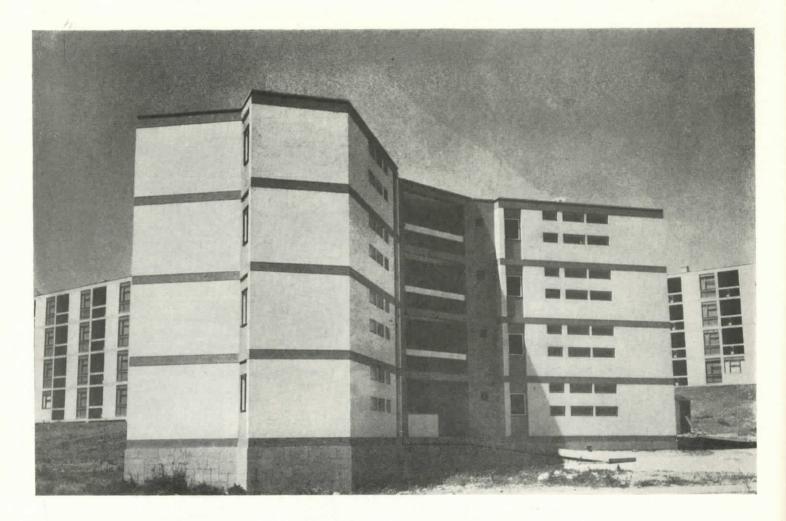
No intuito de permitir uma visão de conjunto de Olivais-Norte faz-se nesta e nas páginas seguintes a apresentação sumária dos projectos-tipo de habitação daquela célula. Alguns destes projectos voltarão a ser publicados com o desenvolvimento necessário em futuros números de «Arquitectura».

#### CATEGORIA PROJECTO-TIPO IA

arq. João B. V. Esteves

- quarto







EDIFÍCIO DE 4 PISOS 8 fogos do tipo 2 8 fogos do tipo 3

FICHA TÉCNICA

Arquitecto: João B. V. Esteves Eng.º civil : Vasco Gonçalves Construtor : Eng.º Antunes Ferreira

AREAS Tipo 2 Tipo: 3 80,11 m<sup>2</sup> 61,36 m<sup>2</sup> bruta 50,17 m<sup>2</sup> total ütil 47,92 m<sup>2</sup> 45,06 m<sup>2</sup> 34,60 m<sup>2</sup> 59,59 m<sup>2</sup> 46,77 m<sup>3</sup> útil líquida habitável 34,60 CUSTO TOTAL DO EDIFICIO 1 082 000\$00

adjudicado



#### CATEGORIA I PROJECTO-TIPO IAIB

arq. João B. V. Esteves

EDIFICIO DE 4 PISOS

8 fogos do tipo 2 8 fogos do tipo 3

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

adjudicado

FICHA TECNICA

Arq. João Esteves Eng.-Civil : Vasco Gonçalves Construtor : Eng. Antunes Fererira

 ÁREAS
 Tipo 2
 Tipo 3

 bruta
 50,17
 80,11

 total útil
 47,92
 61,36

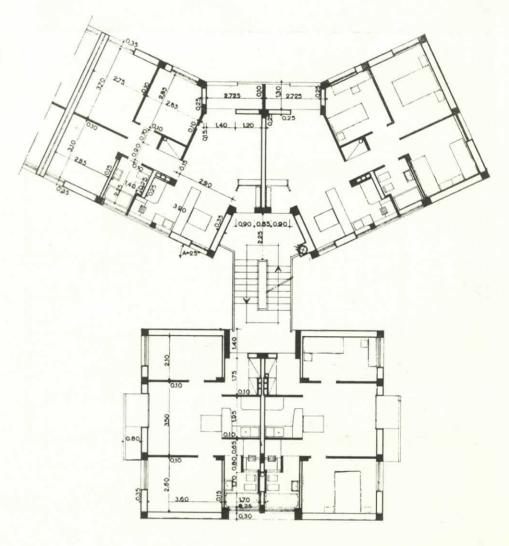
 útil liquida
 45,06
 59,59

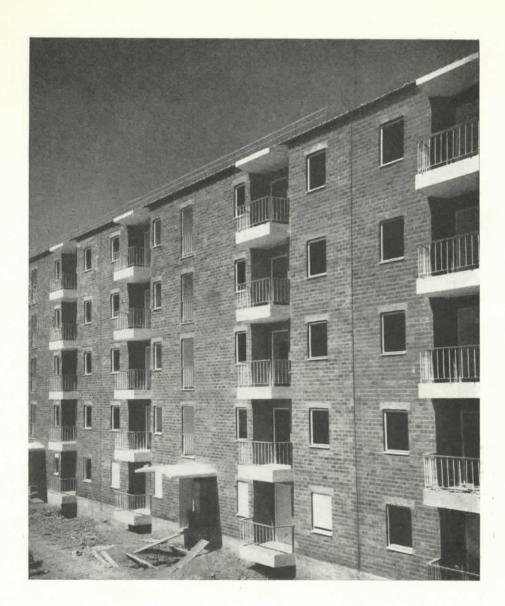
 habitável
 34,60
 46,77

CUSTO DO FOGO

65 500\$00

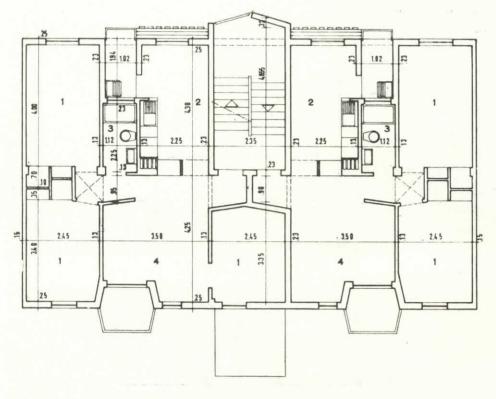
1 082 000800





#### CATEGORIA I PROJECTO-TIPO IC

arqs. Braula Reis e João Matoso



EDIFÍCIO DE 4 PISOS

EDIFICIO DE 4 PISOS

40 fogos do tipo 2

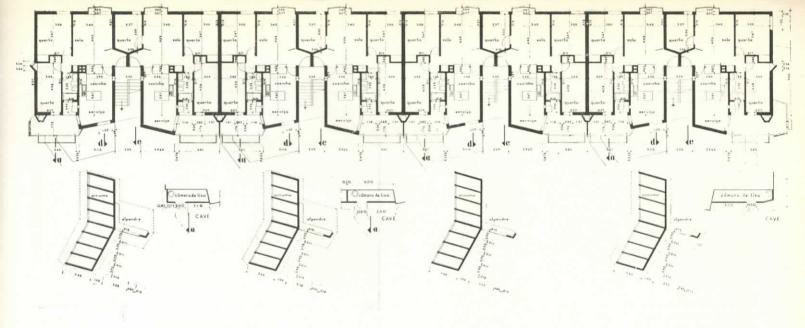
40 fogos do tipo 3

FICHA TÉCNICA
Arquitectos: Braula Reis
João Matoso
Eng.º civil: F. Duarte Silva
Construtor: Sociedade de Construções Lopes e Irmão

Tipo 2 68,16 m<sup>2</sup> 41,63 m<sup>2</sup> 40,35 m<sup>2</sup> 33,75 m<sup>2</sup> 4,71 m<sup>2</sup> Tipo 3 77,59 m² 49,69 m² 48,68 m² 42,08 m² 4,71 m² ÁREAS bruta total útil útil líquida habitável não encerrada

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

adjudicado custo do fogo 10 435 700800 50 000800







# PROJECTO-TIPO

arqs. Nuno Teotónio Pereira e António Freitas

EDIFÍCIO DE 4 PISOS

4 fogos do tipo 2 4 fogos do tipo 3

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

adjudicado

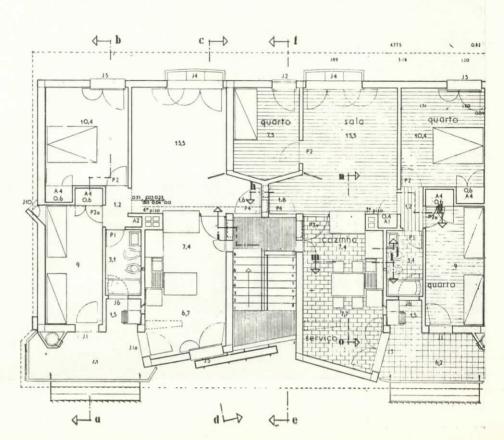
10 435 700\$00

FICHA TECNICA

Arquitectos: Nuno Teotónio Pereira António Freitas

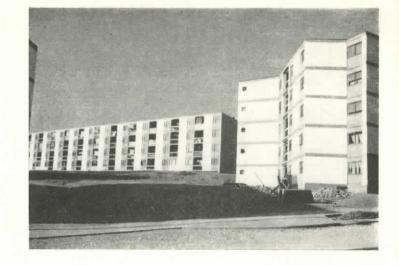
Eng.º civil : Ruy José Gomes Construtor : Empresa de Construções Lopes e Irmão

Tipo 3 90,31 m<sup>2</sup> 68,89 m<sup>2</sup> 60,84 m<sup>2</sup> 53,54 m<sup>2</sup> 8,45 m<sup>2</sup> AREAS Tipo 2 bruta total liquida útil liquida habitável não encerrada 75,88 m<sup>2</sup> 57,87 m<sup>2</sup> 56,10 m<sup>2</sup> 49,00 m<sup>2</sup> 9,35 m<sup>2</sup> CUSTO DO FOGO 87 000800



#### CATEGORIA II PROJECTO-TIPO IIB

arqs. Pedro Cid e Fernando Torres



Número de pisos, Número de fogos, 15

Area coberta por pavimento, Area coberta total

270,25 m<sup>2</sup> 1 081,00 m









#### CATEGORIA II PROJECTO-TIPO

arqs. Nuno Teotónio Pereira e António Freitas

vestibulo

2 — sala comum 3 — cozinha

quarto principal

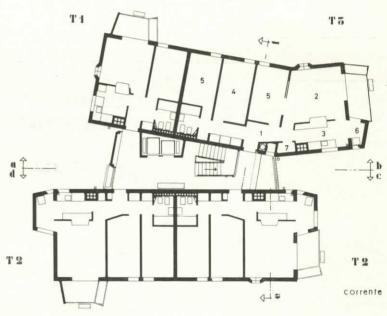
quarto

- lavadoiro

- arrecadação

Desenho em betão moldado de António Alfredo num patim de escada de um dos edifícios.





#### FICHA TECNICA

Arquitectos: Nuno Teotónio Pereira António Freitas

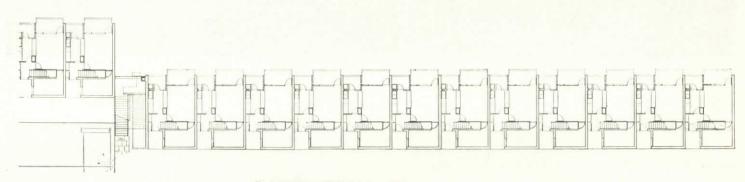
Eng.º civil: Ruy José Gomes

Construtor: João Cândido da Silva Júnior

ÁREAS	Tipo	1	Tipo	2	Tipo 3	
bruta total útil útil líquida habitável não encerrada CUSTO TOTAL	28 4,04	m <sup>2</sup> m <sup>2</sup> m <sup>2</sup> m <sup>2</sup>	81,19 58,55 53 43,40 4,04	m <sup>2</sup> m <sup>2</sup> m <sup>2</sup>	103,55 77,22 73,40 57,20 4,16	m <sup>3</sup> m <sup>3</sup> m <sup>2</sup>

adjudicado custo do fozo 2.869.500\$00 83.000\$00





#### CATEGORIA II PROJECTO-TIPO HC

#### arqs. Pedro Cid e Fernando Torres

EDIFÍCIO DE 4 PISOS

20 fogos do tipo 3 20 fogos do tipo 4

#### FICHA TÉCNICA

Arquitectos : Pedro Cid Fernando Torres

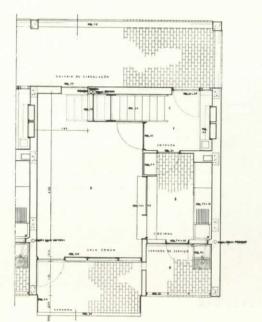
Eng.º civil: António Gonçalves

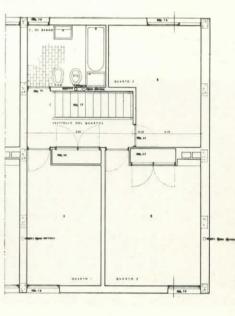
Construtor: António Pereira Campos

ÁREAS	Tipo 3	Tipo 4
bruta	105,28 m <sup>2</sup>	107,83 m <sup>2</sup>
total útil	79,43 m <sup>2</sup>	88,06 m <sup>2</sup>
útil líquida	71,24 m <sup>2</sup>	77,51 m <sup>2</sup>
habitável	55,17 m <sup>2</sup>	61,44 m <sup>2</sup>
não encerrada	6,12 m <sup>2</sup>	6,12 m <sup>2</sup>

#### CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

adjudicado custo do fogo 5 389 235\$00 134 000\$00





#### CATEGORIA III PROJECTO-TIPO IIIA

arqs. Pires Martins e Palma de Melo



EDIFICIO DE 8 PISOS

16 fogos do tipo 3 16 fogos do tipo 4

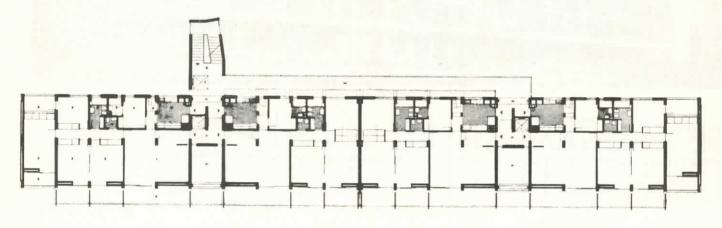
FICHA TECNICA

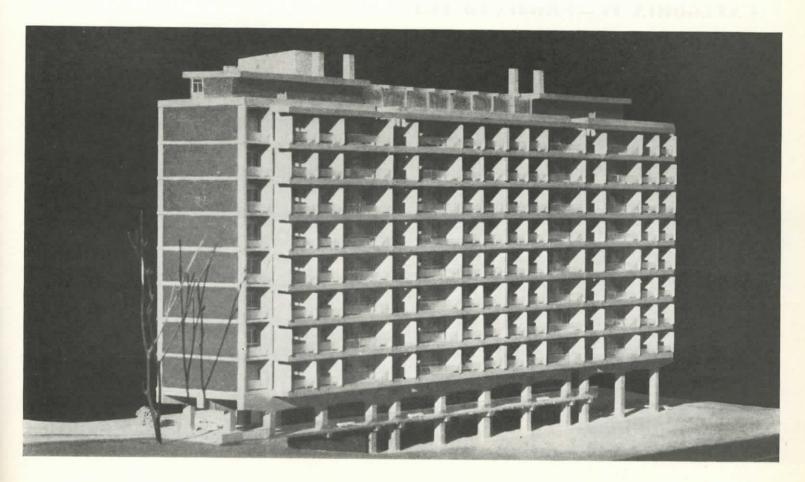
Arquitectos: Pires Martins Palma de Meio

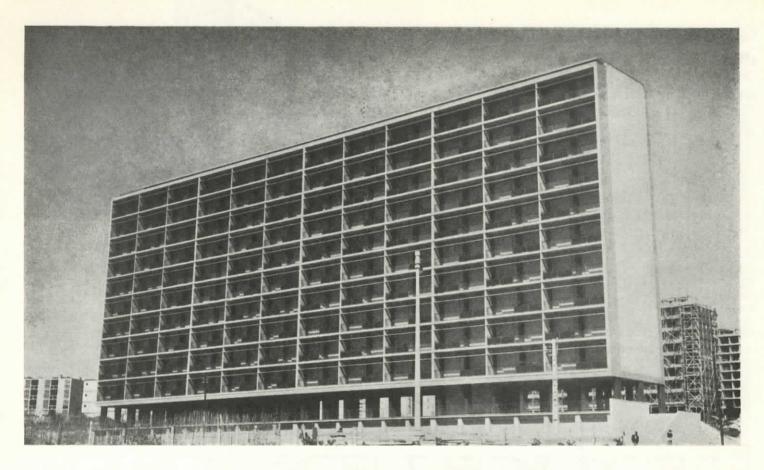
Eng.º civil : Jaime Pereira Gomes Construtor : Francisco da Costa M. Parente AREAS bruta total útil útil liquida habitável não encerrada Tipo 3 198,25 m<sup>2</sup> 119,03 m<sup>2</sup> 107,87 m<sup>2</sup> 96,14 m<sup>2</sup> 26,85 m<sup>2</sup> Tipo 4 224,60 m<sup>2</sup> 139,14 m<sup>2</sup> 139,91 m<sup>2</sup> 113,05 m<sup>2</sup> 37,05 m<sup>2</sup>

CUSTO TOTAL DO EDIFÍCIO

Adjudicado: Custo do fogo 9 450 000\$00 255 000\$00









#### CATEGORIA IV-PROJECTO IVA

arq. Abel Manta

#### EDIFÍCIO DE 12 PISOS

20 fogos do tipo 4 FICHA TÉCNICA Arquitecto: Abel Manta Eng.º civil: Tito Nunes Tavares Construtor: Pires Fernaindes, Irmãos, Lda.

Tipo 4 AREAS bruta total útil útil líquida habitável não encerrada 227,21 m<sup>2</sup> 161,69 m<sup>2</sup> 150,66 m<sup>2</sup> 103,75 m<sup>2</sup> 28,47 m<sup>2</sup>

CUSTO TOTAL DO EDIFICIO

adjudicado:

6 993 900\$00

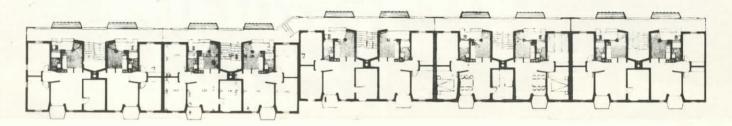
#### CATEGORIA I - PROJECTO-TIPO ID (ainda não construído)

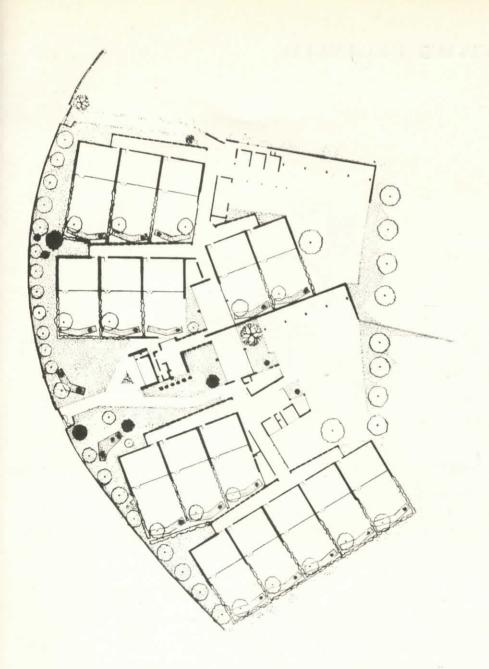
arqs. Braula Reis e João Matoso

Eng.º Civil F. Duarte Silva Categoria I Número de pisos, 4 Número de fogos, 8

Area coberta por pavimento Area coberta total Orçamento da construção Custo médio de fogo

143,50 m<sup>2</sup> 574,00 m<sup>2</sup> 308 183\$30 45 286\$00





#### ESCOLA PRIMARIA

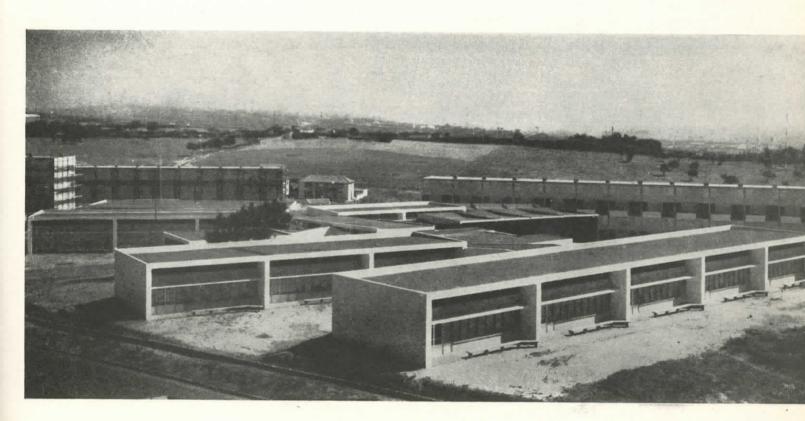
arqs. Vitor Palla e Bento de Almeida

#### BLOCO ESCOLAR:

16 salas de aula. Instalações dos professores. Serviços médicos. Caixa Escolar. Secretaria. Refeitório e serviços anexos, Sanitários. Recreio coberto.

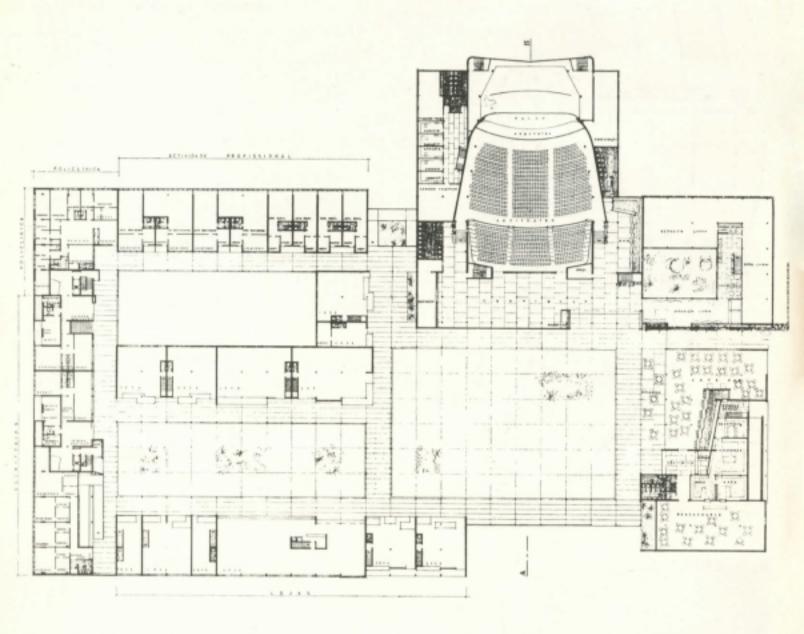
#### INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES:

Biblioteca. Salão de festas.



#### PROJECTO DO CENTRO CÍVICO COMERCIAL

arq. Joaquim Ferreira



- O conjunto encontra-se dividido em 5 partes:
- a) Bloco residencial e respectivos anexos (estabelecimentos comerciais, escritórios e clínica).
- Bloco dest'nado às actividades profissionais e artesanais.
- c) Bloco comercial e artesanal (central).
- d) Bloco comercial sobre a vla de circulação onde se deverá localizar um supermercado.
- Zona cultural, constituida por um anfiteatro de 1000 lugares, biblioteca municipal e café-restaurante.

### ENSAIO SOBRE O ESPAÇO DA ARQUITECTURA (3)

#### FORMAS DE ACTUAR NO ESPACO

Suponho poder detectar e submeter a posterior verificação os processos comuns empregues na determinação do espaço, através de uma depuração progressiva das linguagens forcosamente diversas empregues não só em obras actuais, ou do próximo passado (considerando este até ao nascimento de tudo aquilo que forma a raiz da arquitectura moderna) mas também nas épocas e locais que constituem o conjunto de tradições da nossa cultura dita europeia e indo até a obras, testemunhos de outras linguagens, que quer por idade quer por dissemelhança cultural nos são pràticamente indiferentes. Esta indiferença, claro que a considero relativa e cada vez mais diticil de aceitar, Bernard Berenson no-ta-o, talvez até com certa nostalgia, mas é um facto indiscutível, e verificável até nos aspectos menores. De resto aquela pretendida «universalidade» é mesmo exigivel como condição necessária autenticidade das conclusões, e isto porque me interessa estudar os processos de tratar o espaço independentemente dos espaços particulares que dai resultam. Num trabalho forcosamente limitado como este é. os elementos de que me servi são também limitados a um pequeno círculo de ex-periências, resta-me esperar que as conclusões sejam válidas ainda que pouco largamente estabelecidas.

Considero haver dois processos de actuação no espaço, fundamentais, e parece-me que únicos: limitar-espaço e estar-no-espaço. Convém-me aqui esclarecer que ao fazer referência aos processos de actuação não os preten-do restringir a uma acção consciente. Qualquer corpo pelo facto de existir como tal, e desde que seja apercebivel pela nossa sensibilidade — lembro que continuo a falar em estruturas de senso-comum — actua no espaço por uma ou outra daquelas formas ou por uma ou outra daquelas formas ou compos ambas civiltàs accessos. por ambas simultâneamente. Noto que mesmo a intervenção da luz embora exija talvez uma análise mais sub-til (1), se pode enquadrar dentro da-queles dois modos de acção. Esta

conclusão, de raiz puramente crítica das formas básicas de actuar no espaço, não posso deixar de pôr em paralelo com um passo de Bertrand Russel num ensaio que me parece muito importante para a avaliação do conjunto deste problema: «The relation of sense-data to physics» (2). O passo e o seguinte: «a place is only definable by the thing in or around it».

Vou tentar caracterizar separada-mente uma e outra destas duas acções-tipo servindo-me de testemunhos. e indiferentemente, testemunho-critica, testemunho-obra realizada. Devo notar que estas acções-tipo se ligam profundamente, e como seria natural esperar, a análise dos elementos de construção de um espaço sensivel, feita mais atrás.

#### LIMITAR ESPACO

O limitar espaço corresponde talvez à maneira mais fácil de o apreender. Pelo menos analiticamente parece ser o espaço limitado a experiên-cia mais comum, e, assim, todos os autores que pensam o espaço da arquitectura como elemento des-tacado de um todo contínuo, analisam também a acción de limitar também a acção de limitar o espaço; Lurçat é um exemplo flagrante. Coerentemente com esta noção quase que exclusiva de limitar o espaço, segula--se toda uma série de investigações exaustivas sobre os planos limites: proporcionalidade, regras de ouro, traçados reguladores, etc. Do mesmo modo, devemos interpretar consequência imediata de um esforço de análise sobre recentes problemas que uma renovada consciência do espaço fazia nascer, a preocupação formal de uma também nova noção de parede, que aparece justamente com o movimento moderno, independentemente de outras razões mais ou menos conhecidas de identidade de procuras nas várias artes plásticas. Essa preocupação espacial estava presente por exemplo na Banhaus, e na primeira exposição feita na América, no Museu de Arte Moderna de N. Y. o símbolo da «idela»

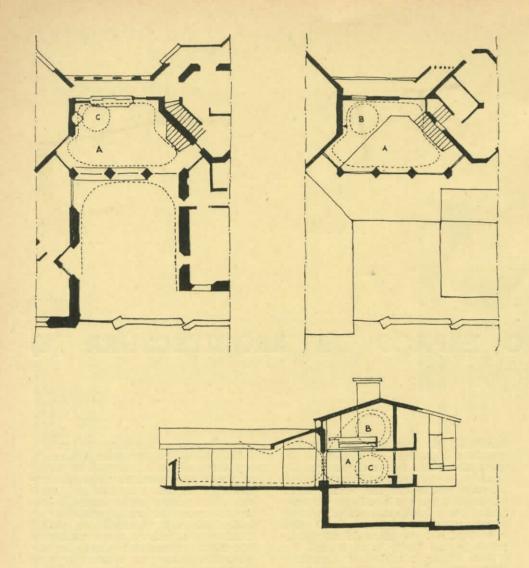
que a Bauhaus sobretudo era como a definiu Mies Van der Rohe (3), exprimia exactamente a intenção do dominio da forma, habilidade manual e dominio do espaço. Parecem-me sobretudo importantes como acção de estar-no-espaço, as investigações de um Schlemmer e a realização do «ballet triádico» (4), embora a sua influência seja menor, mesmo na evolução do bailado. Mas parece ser nitido que é na limitação do espaço, que a arquitec-tura racionalista vai fazer incidir a sua atenção; assim a parede ainda que perdendo a sua função estrutural permanece como écran (5).

manece como ecran (\*).

Portanto a parede é a forma imediata de limitar espaços, mas como nota Martienssen os muros não têm de ser continuos para o definir, Lurçat (\*) tinha-o já apontado, e Erdsiek (\*) viria a fazê-lo até de forma mais analítica, através daquilo a que chamam tanção transversal.

chamam tensão transversal.

O limitar espaço por meio de écrans mais ou menos fechados é uma herança romana, e ainda mais paleocristă, e significativamente no Renascimento uma fiada de colunas é interpretada por Alberti (8) como um muro descontinuo. Martienssen (8) observa a respeito das colunas em geral que a sua «finalidade cabal apenas encontra expressão quando são em número bastante grande». No fundo esta observação reflecte a mesma ideia de Alberti: a série de colunas forma um écran. Mas tem de se reconhecer com Conrad (10) que «uma colunata rege o espaço entre os seus elementos» e isto me parece importante: enquanto duas colunas sucessivas guardarem entre si a distância necessária para «regerem o espaço» que as separa, as colunas têm funções de limitar espaço. Quer dizer que a situação que Wittkower aponta à coluna grega «uma unidade escultórica autónoma» (11) é válida, não para a Grécia tomada como um todo, porque normalmente as colunas gregas formavam cortina as colunas gregas formavam cortina. mas é num caso limite no caminho que tenho estado a percorrer, da destruição do muro como elemento definidor de espaco.



Análise da moradia em Vila Viçosa dos args. Teotónio Pereira e Nuno Portas

(Ver capítulo anterior)

Em algumas das esculturas de Moore já foi notado que as diferentes figuras se ligam num todo orgânico (12) o que corresponde, visto por um prisma diferente, ao mesmo caso limite.

#### ESTAR-NO-ESPAÇO

José Camon Asnar num artigo de crítica à obra de Velasques (13) nota a partir de 1962 uma orientação nitidamente diferente da influência dos «tenebrosi», característica do periodo sevilhano. Se neste, o pintor está especialmente interessado em figurar a «integridade plástica de cada ser» e «cada objecto termina em si mesmo», a partir de 26 existe maior preocupação espacial, patente sobretudo nos retratos: «Al personage lo envuelve una masa gris indefinida que no es el vacio sino que al revês suglere el ambito espacial que la figura necessita para quedar realizada en toda su potencia representativa».

Vem aqui a propósito falar de novo artigo de Charles Conrad publicado no Spazio, e o testemunho que foi buscar a José Augusto França sobre a formação de um espaço ambiguo (14). Em qualquer destes três exemplos, e

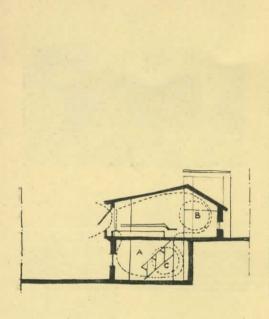
Em qualquer destes três exemplos, e outros poderia escolher, o espaço aparece como espaço necessário ao total desenvolvimento da forma, quer se fale em espaço como superficie, caso de Conrad, quer em representação do espaço «real», como nos outros dois exemplos.

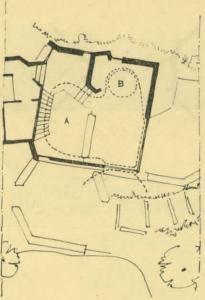
Já anteriormente me referi a uma conclusão de F. Távora, sobre a acção de um ponto como elemento organi-

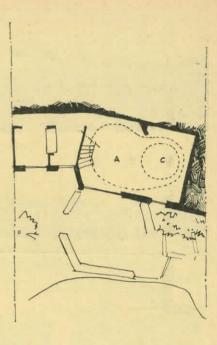
zador de uma superficie, e do espaço a três dimensões, e não vou agora repetir as objecções que então levantei a alguns aspectos que me pareceram menos correctos, nessa análise, mas pa-rece-me que independentemente das observações serem mais ou menos bem fundamentadas e nos referirmos a um campo espacial prévio (eu estou a falar em espaço do senso comuni, portanto uma estrutura espacial previa) é certo dizer que o ponto organiza o espaço a três dimensões. Se o campo espacial, onde existe o elemento considerado, for apenas uma malha de um espaço senso comum, nesse caso o «organizar» o espaço corresponderá sensivelmente à função do referencial, quer dizer dará a noção de profundidade, por isso terá as características que já ensaiei determinar para aquele tipo de elementos. Se por outro lado o campo espacial for definido, isto é se for modelado, nessa altura a acção a que corresponde o estar no espaço poderá ser múltipla e portanto de mais difícil análise. Creio no entanto poder englobá-las todas numa única acção geral, e que apenas se poderá entender totalmente através das tentativas concretas de interpretação, feitas sobre elementos conhecidos (15), mas que posso definir dizendo que neste caso o estar no espaço corresponde a aumentar a tensão espacial do conjunto.

Parece - me que Fernando Condesso (16) pressente esta função de estar no espaço embora a não defina nem aprofunde, ao comentar sobre o claustro da Sé do Porto «...no mesmo pátio há um cruzeiro. Em si o cruzeiro poderá ser considerado como escultura, mas se o retirarem, não se alterará o espaço tanto do pátio como das galerias? E se considerarmos a galeria como arquitectura, não sofre esta com o facto de faltar ali o cruzeiro? Não se tornaria um pátio e um claustro mais indefinido?» (sic).

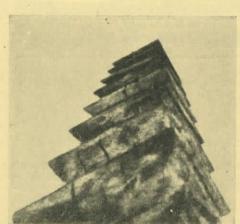
Um dos testemunhos que me parece mais importante como documentação da acção de estar-no-espaço é a actividade de urbanista de Sixto V e Domingo Fontana na Roma do fim de quinhentos, e o comentário que Sieg-frid Giedion faz à sua obra (17). Sobre as praças e a localização dos obeliscos colocados nesta altura em Roma comenta: «...guiado por uma vara magnética Sixto V colocou o seu obelisco (refere-se à coluna trajana) no ponto em que séculos sucessivos iriam desenvolver a mais maravilhosa pra-ça». E mais tarde depois de pôr em relevo as dificuldades técnicas que representou o derrube, transporte e montagem do obelisco de S. Pedro, comenta que mais importante que o feito técnico «... é o novo significado artis-tico que Sixto V achou no simbolo-egípcio dos raios solares como eixo de uma nova composição do espaço. O instituto urbanístico de Sixto V e do seu arquitecto fica mais uma vez documentada com a escolha do local para levantar o obelisco à distância exacta da catedral ainda não terminada; como se o próprio Bernini o tivesse escolhido como mágico centro das suas colunatas. O último dos quatro obeliscos... situado à entrada setentrional da cidade, assinala a confluência de três ruas principais... Dois séculos



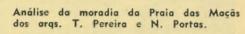




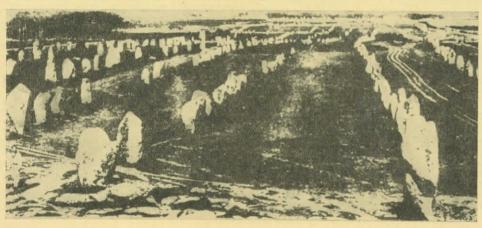








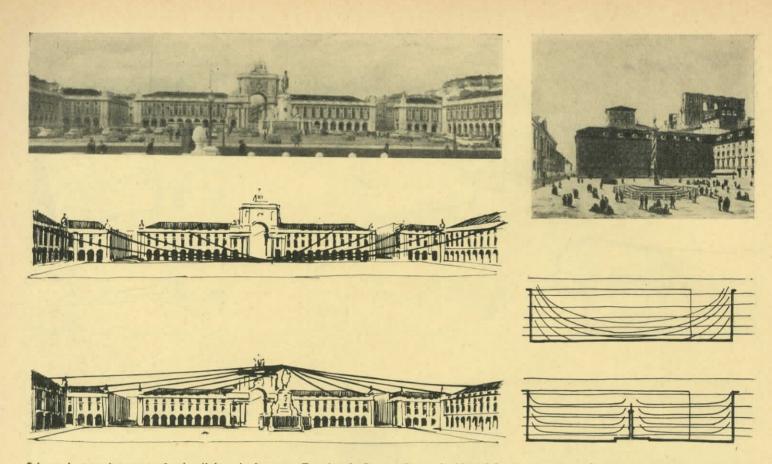
(Ver capítulo anterior)



Leslis Martin estudando a obra de Naun Gabo diz que «as obras dos construtivistas não se destinavam apenas a ser objectos no espaço... têm por fim definir e limitar espaços» (sublinhado meu).

Quer a coluna de Brancusi quer o menhir pré-histórico actuam no espaço pelo mesmo processo: estão no espaço;

posso estabelecer também um paralelismo entre uma colunata grega e os alinhamentos megalíticos em Carnac na Bretanha: ambos limitam espaço.



Esboço de uma interpretação das linhas de força no Terreiro do Paço e Praça do Município com e sem o elemento central

mais tarde a «Piazza del Popolo» ficará

cristalizada em volta deste ponto». Destas transcrições de Gledion resulta claro ter sido sensivel aos urbanistas de então uma zona de influência de um elemento plástico (o obelisco) e que as praças ao «cristalizarem» em torno deles não faziam senão verificar essa mesma zona, por outras palavras, o obelisco implicava já a praça e aqui a acção de Fontana e Sixto V era subentender um espaço pelo elemento que o iria determinar, o que é notável, mas não menos notável é a posterior apreensão de um Bernini percebendo e definindo o espaco suficiente para o total desenvolvimento plástico do mesmo elemento. Evidentemente este entendimento espacial estava e não podia deixar de estar intimamente ligado à capacidade barroca de interpretação espacial não só, mas também plástica. E creio não ser impossível depois de ter determinado a maneira como no barroco foram entendidas estas formas essen-ciais de ordenar espaço, verificar a coerência da interpretação de Bernini do espaço influência do obelisco de S. Pedro.

Encontramos na actualidade um tipo de ordenação espacial que representa no fundo a mesma apreensão de um espaço influência de um objecto plástico; falo da conhecida obra de Franco Albini, o Tesouro de S. Lourenco.

As condições de uma museografia «ideal» da criação de um espaço que não perturbe e pelo contrário favo-reça a contemplação, como defende Roberto Pane, não são aqui minima-mente respeitadas. Basta pensar que leitura do museu é marcadamente individualista, basta pensar na densidade medieval dos seus espaços (18). A ultrapassagem dos esquemas teó-

ricos é aqui realizada de forma dupla; primeiro de uma maneira perfeita-mente generalizável a qualquer museu em que as peças a expor sejam definitivas e permanentes: é licito e de-sejável a criação de espaços muito caracterizados que envolvam adequadamente os objectos em exposição; segundo, e esta atitude é apenas referivel ao carácter específico de «tesouro» com todas as ideias que lhe podem vir associadas de mistério de um certo temor até, a maneira como esses espaços foram tratados, carregados de uma extrema tensão a que não é indiferente, muito pelo contrário, o sa-ber que é um espaço enterrado o que de resto se torna sensivel até pelo tipo de iluminação adoptado. E será necessário lembrar aqui as observa-ções de G. Bachelard ao «être obscur» que a cave constitui na casa oni-rica? (19).

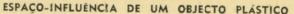
Em comentários feitos ao tesouro de S. Lourenço já se observou ser cada ambiente doseado e medido sobre os objectos expostos «quasi volesse rivestire la quantitá spaziale impegnate da ognuno di essi» (20). Argan, que de-fende o princípio da flexibilidade como critério museográfico fundamental, (21) reconhece haver casos em que esse principio é negativo (note-se que Argan não indica quais; eu suponho ser exactamente a diferença que apontei entre um museu em que se expõe permanentemente uma colecção, ou um museu em que as pecas a expor são rotativamente mudadas) e ao fazer o elogio do Tesouro diz haver nele «perfeita continuidade entre objecto e arquitectura». Esta continuidade, que de resto não é criticamente examinada, creio eu não a poder deixar de referir ao espaço, à «quantitá spaziale impegnate» e assim parece-me que ao projectar o tesouro, Franco Albini re-

pete a três séculos de distância a mesma acção fundamental de Bernini: determinar a objectos dados o seu espaço-influência próprio.

#### ESTRUTURA ESPACO

Quando actualmente se fala na relação estrutura-espaço os problemas que em geral se pretende focar são os que dizem respeito à própria estru-tura do espaço, quer dizer que são aqueles provenientes do conjunto de recentes aquisições criticas, da estreita aderência entre um progarma dado e o espaço que o resolve; mais ainda, e para além de uma tradução espacial de necessidade, o próprio pro-grama passa a ser apenas conside-rado válido, «qualificado», quando encarna um conceito espacial (22). Este parece-me ser o limite possivel da integração pretendida. A não ser que se aceitem posições normativas, isso perigosas, e logo ultrapassadas, suponho que essa relação, essa integração, terá de ser proposta e resolvida caso a caso, numa forma marcadamente prática. Assim qualquer investigação que se faça sobre o assuntodeverá referir-se ou a temas socioló-gicos ou a temas de linguagem. Todo o trabalho se liga directamente estes últimos e portanto todo ele se liga também ao problema da estru-tura do espaço. Assim quando agora falo especificamente em estrutura, refiro-me à construção, apoios, etc., e à sua integração no espaço interno de um edificio.

Numa conferência na Universidade de Yale, Philip Jonhson considerou existirem na arquitectura aquilo a que chamava «as 7 muletas» — história, desenho, correcto, utilidade, conforto. economia, servir o cliente, estrutura.



O obelisco de Sixto V e a sua interpretação na Praça de S. Pedro.







Câmara do tesouro de S. Lourenço de Albini

A classificação é absurda pela falta de homogeneidade e assim a escolha que Jonhson faz da primeira é perfeitamente sem sentido, ou até resulta puramente formalista se se aceitar um minimo de lucidez na análise proposta. Qualquer das outras «muletas» corresponderia a situações limitadas, mas reais, a «muleta» da história isolada é puramente abstracta. No entanto através das hipóteses que desdenha, percebe-se o dilema cultural e o ambiente a que pretende reagir, e além disso a crítica a outras posições que observa na arquitectura como actividade; entre elas os estruturalismos. Sobre estes existem análises mais profundas.

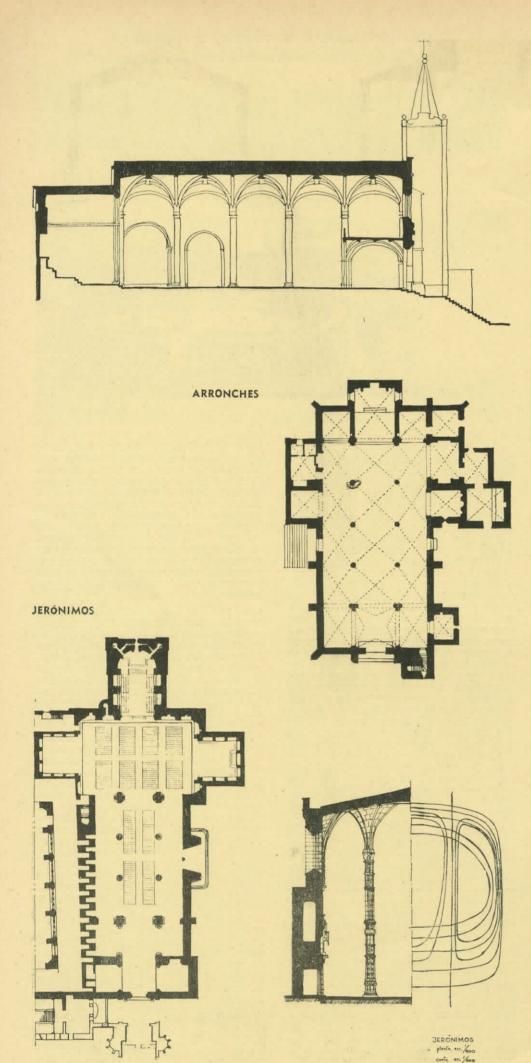
Edgardo Contini escreve (23): «temo que o interesse demasiado rápido e pouco crítico em relação às coisas estruturais revele no fundo qualquer coisa como uma renúncia à sua (dos arquitectos) responsabilidade de criadores de ambientes e à de modeladores de formas físicas da sociedade de que fazem parte». Anàlogamente Klaus Konig (24) afirma serem atribuídas hoje à estrutura as qualidades expressivas que deveriam sê-lo ao espaço.

Os critérios que o primeiro propõe para análise do resultado da união es-trutura-arquitectura são válidos (25). mas não englobam uma relação fundamental que é a relação com o espaço. Essa é aflorada por Konig: so o espaço pode achar um sentido à estrutura; mas é necessário saber como. O problema foi levantado pelo racionalismo ao negar a parede como estrutura e reservando-lhe, como aponta Argan, a utilidade de orientar, definir e limitar espaço; foi levantado mas não foi resolvido e é até patente na característica estrutura «Dominó» a efectiva dissociação espacial. Da mesma maneira a liberdade da casa Tugendhat não se refere à estrutura como se não tinha referido. no pavilhão de Barcelona. Wright dá uma extraord'nária resposta ao pro-blema na S. C. Johnson & Son. Uma tão potente e expressiva proposta. só conheço paralelo na igreja do Mosteiro dos Jerónimos e talvez na Bi-blioteca de Labrouste. O ponto que me parece fundamental nestes três exemplos (ou pelo menos de forma inequivoca nos dois primeiros) é a estrutura servir para dominar o espaço (e são até paralelos os tipos de actuação).

Os Jerónimos formam, conjuntamente com a igreja de Arronches e com a de Freixo de Espada-à-Cinta, um tipo especial de «hallenkirchen» não só no conjunto das igrejas-salões nacionais mas mesmo em relação ao modelo das igrejas-salões alemãs, a fusão das naves aqui é mais perfeita, «não tem na nave central ogivas, arcos torais, ou arcos divisórios das colaterais. Todas desaparecem para dar

lugar a combinações de nervuras, umas tipicamente modelares e outras que independentemente do papel estrutural ou apenas decorativo que representam, se aproximam, quanto à disposição das que foram empregadas em igrejas-salões germânicas, como as da Saxónia... e que são um pouco posteriores (20). Em Freixo de Espada-à-Cinta ainda aparecem vestígios de arcos divisórios das naves, em Arronches e St.ª Maria de Belém, não. Isto só acontece nas «hallenkirchen» portuguesas».

O espaço dos Jerónimos funciona portanto como um todo até sem marcações direccionais muito nítidas, o que evita uma certa secura que me parece haver nas igrejas-salões alemãs, e aqui surge o extraordinário emprego da estrutura. Os pilares nos Jerónimos não servem para dividir espaço como acontece por exemplo em Alcobaça, o que M. T. Chicó aponta nitidamente, os pilares dos Jerónimos estão-no-espaço e como tal têm uma função inteiramente nova: elevam a tensão espa-cial do interior da igreja. Ainda que se pudesse tècnicamente construir o vão sem os apoios intermédios eles são fundamentais para que o espaço interior não resulte indefinido e vago. Os pontos em que se situam são pontos--chaves não só como estrutura mas como visão plástica espacial. Aqui os pilares são totalmente destacados e não existe neles nada que faça lem-brar o residuo de parede como queria Alberti. São como que condensações de uma tensão interior, e correspondem a uma muito maior afirmação estrutural do que o tipo de integração conse-guida em Orvieto que segundo Renzo Pardi (27) apresenta uma estrutura que de maneira voluntária não impede uma visão global da totalidade do espaço; aqui, em Orvieto, a estrutura tenta-se disfarçar e diluir no interior da nave, quer dizer portanto que o espaço existe apesar da estrutura, porém nos Jerónimos o espaço existe pela estrutura e a estrutura verifica-se no espaço. Parece-me ser este um caso muito importante e definitivo de in-



tegração estrutural. Falei inicialmente no átrio da Johnson & Son e na Biblioteca de Labrouste e suponho que depois de ter analisado o interior de St." Maria de Belém não é necessário nenhum comentário àquelas obras.

#### ESPAÇO E SOCIOLOGIA

Era minha intenção que este capitulo fosse o ponto fulcral de todo o trabalho e constituísse, só por si, uma larga parte do mesmo. Razões mais ou menos óbvias impedem que me refira a este problema para além de um breve apontamento de dificuldades e caminhos que suponho abertos a um estudo posterior, por isso de maneira ainda mais nítida este capitulo apenas constitui um esquema de trabalho, necessàriamente rudimentar.

Dado uma recente e progressiva importância dos estudos de sociologia não só em organizações regionais ou à escala da cidade, mas na análise e caracterização de necessidades e comportamentos no interior do proprio fogo, foi em certa altura suposto haver uma intervenção exagerada e incontrolada da sociologia na arquitectura. O problema estava mai posto. Argan (28) diz ser absurdo «acusar a arquitectura de abandonar o seu fim estético em proveito de um fim sociológico»; não se trata portanto de diminuir ou supervalorizar os resultados obtidos através dos estudos sociológicos, mas de saber, em termos de espaço, responder à esses mesmos resultados.

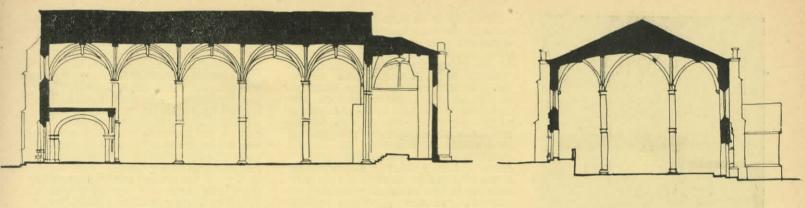
Se a intervenção da sociologia tem alguma coisa de incontrolado, será porque os arquitectos não souberam—ou talvez não pudessem— exercer esse «contrôle» (2º). A situação ideal, seria, parafraseando a afirmação de Nervi sobre as estruturas, que os arquitectos soubessem pensar sociológicamente em termos de espaço.

#### INTIMIDADE

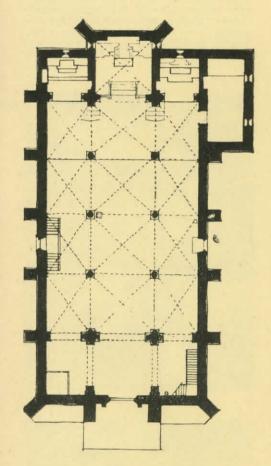
A noção de uma intimidade própria por um lado e as razões de um igualitarismo social por outro levaram nos sec. XVIII e XIX a uma evolução no sentido de uma simplificação dos serviços domésticos e à dispensa do respectivo pessoal até então necessário.

Esta tendência era além disso facilitada pelo desenvolvimento progressivo da indústria que la trazendo para o uso comum objectos adequados a realizar tarefas até à altura consideradas penosas; paralelamente o sentido nascente de intimidade, a nécessidade de se sentir «chez soi dans sa demeure» foi talvez segundo Chombart de Lowe uma conquista do sec. XVIII (30). Efectivamente parece que tanto quanto se pode deduzir através do mobiliário o quarto do sec. XVII acumulava as funções de dormitório, sala de jantar e de estar, antecâmara de vestir e salão de recepção (31).

Esta tomada de consciência de valores de intimidade tinha de ter fatalmente repercussões nos programas habitacionais. «Não há num palácio um centro de intimidade» — diz Baudelaire (32) e assim com esta alteração na sua organização interior as divisões da casa tornam-se menores mas mais confortáveis (33). «Mais conforto e menos solenidade parece ter sido a característica do sec. XVIII em relação ao sec. XVIII. As salas redondas mais



FREIXO DE ESPADA-À-CINTA



abrigadas, mais homogéneas pelo seu volume conhecem um período de gran-

de favor» (34). Esta noção dos valores de intimidade nasce portanto e simultaneamente com o crescente poder da burguesia. A discussão da validade hoje, des-te conceito em termos actuais, levaria muito longe e é por si extremamente vasta nas suas implicações so-ciais e até filosóficas. Apenas quero acentuar que na medida em que é considerado (e por ser conquista bur-guesa) fatalmente reaccionário, e ainda na media em que este preconceito afecta a maneira de conceber a habitação, seria importante fazer um estudo que aclarasse os verdadeiros pontos que situam o problema, de maneira a acabar (eu assim o suponho) com posições que embora impecáveis de intenção são mais fundadas em aspectos puramente afectivos do que em reals aquisições de ordem política, histórica ou filosófica. Este preconceito pode ser inadequado sobretudo em países como o nosso, onde existe uma tradição de habitar ainda deficientemente estudada mas que suponho bastante rica em valores de intimidade. Uma vez mais se trata aqui de proble-

#### CONTINUIDADE

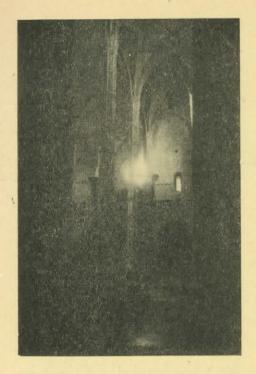
mas de conteúdo (35).

É natural que a partir do sistema sala e galerias conhecido até ao século XVII a que correspondia um tipo de vida solene se tivesse passado por conhecimento da diferenciação de funções, a uma maior diferenciação de espaços. Assim aconteceu com o quarto, com a sala de jantar, etc... (38) e também é compreensível que esse entendimento das novas dimensões do quotidiano, tivesse atingido por antitese dialéctica, um grau exagerado na separação analítica dessas funções e até mesmo uma certa secura e esquematismo na sua apreciação.

Quando hoje surge — e por vários motivos — a necessidade de unificar num mesmo espaço funções de ordem diversa, com a implicita perda de autonomia, essa simplificação aparece com resultado de uma nova sintese de necessidades. A fluidez, a continuidade do espaço é hoje apontada como uma característica fundamental de uma espacialidade moderna; Er-

dsiek considera que além da supressão do ornato, que permitiu tirar todo o partido da estrutura, é na noção da duplicidade de funções (própria e de conjunto) de cada divisão que reside um factor básico do movimento moderno. A compreensão do que verdadeiramente esta fluidez possa ser, tor-na-se necessária, quer na ordenação e sistematização de espaços amplos de grandes conjuntos de uso colectivo, quer, e sobretudo, na resolução de programas limitados como o de casas económicas, e aqui me parece ser espe-cialmente delicada. Nestes, a necessidade de uma penetração espacial reflecte por um lado imposições de programas intensivos e limitados no orcamento e em que com áreas forcosamente restritas é necessário dar uma noção de amplidão espacial, caso con-trário «a pequenez das peças e o estreitamento do espaço vital do ho-mem arrastará inevitàvelmente o da sua forma de pensar e o dos seus sen-timentos» (37) e além do mais a própria fluidez espacial justifica-se já por necessidade de o mesmo programa se adaptar a famílias com características diferentes já porque é necessário como condição fundamental do habi-tar a liberdade de alteração do espaço interno, (38) e ainda que de for-ma superficial, a liberdade de «criar o seu universo próprio» (39). No entanto e por outro lado, à medida que a superficie por fogo diminui, as soluções possíveis do espaço interior tam-bém vão sendo limitadas. O arquitecto tem assim uma acção cada vez maior na definição da maneira de habitar e actua cada vez mais profundamente na estruturação do interior do fo-go (40). Existem então dois movimentos de sentido contrário para os quais e necessário encontrar uma posição de equilibrio. Este não é fàcil de obter e não pertence aos arquitectos o encontrar essa justa posição senão em parte; tudo o mais terá de ser con-seguido através das ciências huma-

No entanto existe sempre e independentemente de outras considerações: a necessidade de uma certa fluidez: espacial que não traduz ou não pode traduzir um primarismo na função de habitar. Não se trata de um retrocesso nas exigências de uma vida de aspectos diferenciados, mas de uma nova sintese, com novos elementos que





Comparação entre a maneira de ritmar a estrutura nos Jerónimos e na Biblioteca Nacional de Paris de Labrouste.

hoje estamos mais aptos a analisar e até a propor. A não ser assim, a continuidade espacial encarada de forma univoca torna-se errada e até reaccionária (41).

#### ESPAÇO TRANSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

Tentei anteriormente mostrar de forma embora superficial, o perigo de se pensar hoje em termos do espaço português, com o que isto implica de dimitativo como experiência, e abortivo de qualquer esforço de evolução. Num quadro mais geral pode interessar, e interessa certamente, a determinação embora tacteante, não de um arquitectura ou de um espaço português «genuíno», mas de algumas caracteristicas espaciais aderentes a uma maneira de habitar não apenas «nacional» mas de forma muito mais larga, mediterrânica; e aqui se confirma o interesse que para nós hoje apresente a cultura e a crítica arquitectónica italianas.

Ainda de certa maneira em oposição a Sérgio Bettini, parece-me ser nitida a relação entre alguns aspectos da nossa maneira de viver e o da Grecia de alguns séculos antes de Cristo. Observa Martienssen, e nele funda-mentalmente me apoio, que os ideais de vida da Grécia estão bastante perto de nós (42)) e nota consequentemente que o peristilo teve grande importância na formulação de uma linguagem válida no conjunto das cidades gregas (43) mas não apenas nelas, e afirma gozar o peristilo de larga tradição nos países mediterrânicos (44). Esta afirmação da forma peristilo, corresponde também a uma tradição igualmente larga de maneiras de viver, assim a tradição de vida ao ar livre na Grécia «la jouissance en plein air de l'ombre et de la fraicheur» parece ser patente ao nível doméstico nos pátios (45) e ao nivel público e urbano na «stoa» (46). Entretanto é já de notar, que não é de vida ao ar livre que se trata mas sim de vida num espaço que não é nem interior, nem exterior: é um espaço transição e esta forma de o habitar encontra-se ainda totalmente válida na actualidade.

Camilo Sitte (47) em «The Art of Building Citties» diz: «O carácter pitoresco de Amalfi por exemplo, deve-se a uma agradável mistura de elementos vários de interior e exterior. O efeito é de que nos sentimos simultaneamente no interior de um edfício, e no exterior ao ar livre». Eglo Benincasa (48) leva mais longe a anallse e escreve: «A vida ao ar livre que o meridional prefere não é «la grand vie en plein air» de que se fala tanto no Norte».

«O contacto com a Natureza e uma exigência nórdica talvez por estar sempre constrangido a viver fechado, e sente por isso periódica e espasmòdicamente a necessidade de reagir e de evasão».

«O meridional pelo contrário vive habitualmente ao ar livre mas num aberto protegido do sol no Verão e do vento no Inverno, podemos chamar-lhe um semiaberto» (sic), e logo a seguir propõe de maneira definitiva: «Um problema que deveria ser fundamental na arquitectura meridional e o de conservar nos ambientes abertos o máximo de intimidade». Além da extraordinária agudeza no que se refere à arquitectura mediterrânica, estes parágrafos de Benincasa justificam em parte uma das discutidas limitações da arquitectura nórdica sobretudo de Aalto: a investigação espacial, quase que exclusivamente centrada na criação do espaço interno (49).

Através da documentação que o Inquérito à Arquitectura Regional possibilitou, pode-se tentar ver algumas linhas fundamentais da arte de habitar no nosso País. Sei que a tentativa é ingrata porque nem o Inquerito fornece bases suficientes, nem ao que parece, e se verificou, a arquitectura regional portuguesa oferece grandes facilidades de agravamento e interpretação conjunta.

Mas para além da criação de uma tipologia, parece poder ler-se, um generalizado rudimentarismo na organização do interior da habitação e embora se não possa considerar válido para as outras zonas (50) o que foi dito para a Beira de forma global («os interiores são de um conforto confrangedor») (51) creio ser nítido que é so-

bre a vida social no exterior que incide um maior cudado do construtor espontâneo. Mas ainda mais, o que resulta sobretudo evidente e de for-ma perfeitamente generalizável, quer na mancha mediterrânica, quer na mancha atlântica de uma classificação tipológica, é a permanência e a riqueza de propostas de viga ao «semiaberto». Desde o «pátio ou eido vedado à volta...» que é «uma autêntica sala ao ar livre» (52) até à fotografia que me parece ser extraordinário documento, de um pátio de Vila Viçosa (53) e ao comentário e fotografia da última zona (54) é permanente a insistência na vida ao semiaberto e portanto a criação de espaço de transição. É sobretudo na Beira que estes espaços parece terem maior desenvolvimento, e chegarem a ser os «elementos primarciais da arquitectura bei-(55) não só formalmente, mas pela intensa vida que neles se processa. Suponho que teria interesse seguir

Suponho que teria interesse seguir a evolução destes espaços na sua adaptação urbana e aqui me parece ressaltar todo o valor da tradicional «marquise» lisboeta, não como espaço secundário ou de arrumação, mas como espaço de vida de emprego múltiplo e rico.





«Se una didattica spaziale può esistere essa deve storicamente partir dal movente umano dalle funzioni biologiche e spirituali di una vita non incasellata entro scatole, ma libera di formare il próprio invólucro».

B. ZEVI

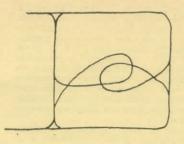
Um pátio em Vila Viçosa — observar o mobiliário que contém.

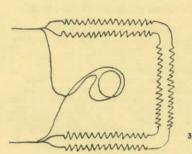
Um pátio siciliano

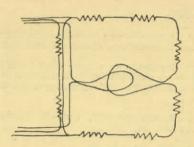
#### Esquemas de Natálio iFrszt

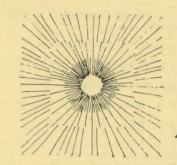
- 1 «Um homem imóvel gera potencialmente um campo de espaço virtual de forma que pudemos supor esférica...»
- 2 «Funções físicas ou psicológicas a satisfazer determinam a passagem de uma situação estática a uma situação dinâmica».
- 3 «Exigências práticas dão origem à necessidade de limitar estes deslocamentos... constituindo assim o acto construtivo».
- 4 «A componente espiritual na utilização do vocabulário espacial no seu mais alto sentido poético, dá lugar à síntese artística isto é, à arquitectura».

A vantagem dos esquemas de Firszt é não serem representativos de um determinado espaço, e sim servirem a todos eles.

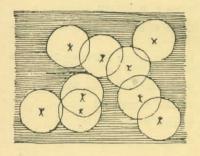


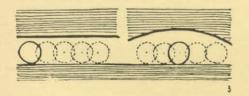


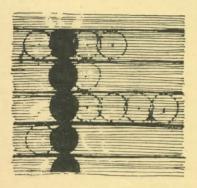


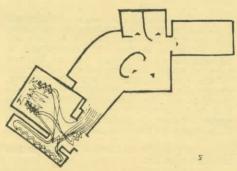


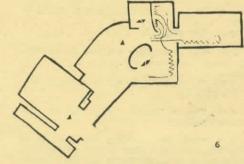








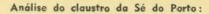




#### Esquemas de Fernando Condesso

Condesso sobrevaloriza a acção transformadora do observador: «poder-se-iam definir tantos espaços, quantos os modos de apreensão humanos». Negando ao espaço possibilidades de constituir um dado público, esta posição é impeditiva de qualquer progresso analítica estável. A ser assim, a experiência espacial, por totalmente hermética, não chegaria a ter qualquer valor expressivo.

O esquema proposto por F. C. baseia-se na separação de duas formas fundamentais de viver o espaço: acção (VVVVVVVV) e ligação ou percurso (\_\_\_\_\_\_).



«Circulação no claustro e no pátio envolvendo o cruzeiro»	1
«Circulação e ligação de acções (descansando) com percurso envolvente do cruzeiro»	2
«Outro esquema de ligação de acções (almoçando)»	3
«Orientação das condições espaciais através duma acção comum»	4

#### Análise numa habitação:

Da mesma maneira e com o mesmo	instrumental	Condesso analisa	algumas zonas
de uma moradia, obra do arq.		me parece ainda	mais evidente
a inadequação da proposta de F.			
«Esquema de circulações e acções na	zona de dori	mir»	
«Esquema de circulação e acções no l	lavabo terraç	o e jardim»	

#### NOTAS

- (1) A luz e o som também exigiriam um estudo à parte que desisti de fazer agora.
- (2) Publicado no volume «Mysticism and Logic».—O título do ensaio sem mais comen-tários justifica a importância que lhe atri-
- S. Giedion W. Gropius L'Homme et l'oeuvre, pág. 18.
  - (4) Obr. cit. pág. 33.
  - (5) Giulio Carlo Argan L'A 83.
- Formes composition et lois d'harmonie, pág. 164.
  - (7) Artigo cit. Zodiaco 3.
  - (8) Wittkower, obr. cit. pág. 40.
  - (9) Obr. cit. pág. 22.
  - (10) Colóquio 10.
  - (11) Wittkower, pág. 41.
- (12) Colóquio 7, neste passo Penrose tam-bém não faz uma distinção válida entre arquitectura e a escultura. Escreve: «Em Moore (a escultura) no entanto torna-se arquitec-(a escultura) no entanto torna-se arquitectura (sic). Em certas esculturas dos fins da década de 1930 utiliza unidades separadas agrupadas de tal forma que se podem considerar um todo orgânico, ou dispersos como as partes constituintes de um plano bem ordenado — por exemplo, edificios à volta da praça central de uma cidade».
  - (13) El espacio en Velasquez, Colóquio 10.
  - (14) Ver pág. 73.
- (15) Ver as análises gráficas do Terreiro do Paço, Jerónimos, etc.
- Do conceito de espaço em arquitectura, pág. 28.
- (17) Espaço, Tempo e Arquitectura, pág. 102 e seguintes.
- (18) Uma das análises arquitectónicas que suponho mais ricas é a fornecida pela museologia. Seria até talvez oportuno fazê-la em Portugal. Não a posso fazer senão de forma mais que primária, mas gostaria de notar ser curioso ninguém ter indicado nem tentado enquadrar criticamente o «reviva-lismo espacial» do museu de S. Lourenço.
- (19) Poétique de l'espace, pág. 34 e seguintes.
  - (20) L'A 33.
  - (24) L'A 14.
- (22) Numa conferência feita no A.R.I. B.A., John Summerson diz: «The programms has ceased to be evaluated merely quanti-tatively and has come to be evaluated qua-

litatively». O programa é para Summerson «a discription of the spatial dimensions, spatial relationships and other physical conditions required for the convenient performance of specific functions». O A. J. de 30 de Maio de 1957 comenta que o programa não significa apenas necessidades do cliente. «Històricamente o crescer das necessidades e o crescer das técnicas para as satisfazer têm sido sempre interdependentes... Progra-ma nesta acepção também significa método de construir».

V. ainda de Richard L. Davies o artigo «Deeper knowledges better design» no A. J. de 23 de Maio de 1957 e ainda os editoriais da L'A 25.

- (23) L'a forma nella struttura L'A 31.
- (24) O envelhecimento da arquitectura moderna O academismo dos intransigen-tes L'A 56.

  - (25) Os critérios são:
    a) O metro de equilíbrio e harmonia.
    b) O critério da finalidade (funcional).
    c) O critério da escala (o ridículo de um parabolóide a cobrir uma casa fim de semana).
  - d) Coerência compositiva (dificuldade de resolver a integração plástica de uma estrutura muito marcada.
- M. Tavares Chicó O Gótico em Portugal, pág. 20-21.
- Il Duomo di Orvieto ele condizioni di visibilità nei suo interno L'A 52.
- Considerazioni sull'architettura moderna L'A 43.
- (29) Não pude, por exemplo, conhecer em que termos foi determinado o pé-direito mínimo que foi recentemente estabelecido em Inglaterra de maneira experimental. A topo-análise de Bachelard tem de ter um topo-análise de Bachelard tem de ter um processo prático de exercer o seu «contrôle»; G. Bachelard diz que para o topo-analista; é necessário saber-se: «Lachambre était elle grande?... le coin était-il chaud? Et du venait la lumière? Comment aussi, dans ces espaces, l'être connaissait-il le silence?...». V. Poétique de l'espace, pág. 28.
- Chombart de Lowe Famille et habitation, pág. 140.
- Behrendt Arquitectura Moderna, pág. 180.
- (32) Citado por Bachelard na Poétique de l'espace, pág.
  - (33) Behrendt obr. cit., pág. 180.
- Chombart de Lowe obr. cit., pág. 140. Tem interesse notar com esta observação de Ch. de Lowe puramente objectiva é mais um Ch. de Lowe puramente objectiva e mais um testemunho que verifica o comentário que G. Bachelard faz a uma página de Henry Bosco»... cette tour est la tour ideale qui enchante tout reveur dune antique demeure: elle est parfaitement roude... Et le plafond est vouté. Quel grand principe de rêve

d'intimité q'un plafond vouté. Il refléchit sans fin l'intimité à son centre... la chambre ronde et vouté est islée dans sa hauteur. Elle garde la passé comme elle domine l'espace» — V. Poetique de l'espace.

- (35) Embora com tipos de «aproach» diferenciados conforme as zonas, o Inquérito da Arquitectura Regional fornece sobretudo na documentação gráfica importante número de dados sobre o problema. Interessava também saber como é que reagiram esses elementos quando colocados frente aos problemas que a sua transplantação para a cidade levanta.
- (36) V. Behrendt, pág. 177 e seguintes, e Ch. de Lowe, pág. 133.
- (37) Pingusson entrevista publicada no volume do C.N.R.S. Sciences Humaines et Conception de l'habitation por Ch. de Lowe, pág. 174.
- (38) V. no artigo de L. Kahn traduzido para a Arquitectura, a distinção entre «casa» e «lar», e comparar também com G. Bachelard, que diz «On sent comme une conscien-ce de construire la maison dans les soins mêmes qu'on apporte à la maintenir en vie» — obr. cit., pág. 74.
- (39) Perriand Famille et habitation, pág. 184.
  - (40) Prieur, idem, pág. 187.
- (41) Existe uma certa tendência para solucionar os problemas de uma habitação económica recorrendo a soluções que exigem para que se tornem possíveis um tipo de para que se tornem possiveis um tipo de erudição na maneira de habitar, o que no fundo muitas vezes constitui, mais do que uma proposta evolutiva, uma fuga às dificuldades linguísticas a vencer.
- (42) Martienssen La idea del espacio en la arquitectura griega, pág. 23.
  - (43) Idem, pág. 70.
  - Idem, pág. 64.
  - (45) Idem, pág. 17.
  - Idem. pág. 38. (48)
  - (47) V. na A. R. n.º 664.
- L'arte di abitare nel mezzogiorno -L'A 2
- (49) Luciano e Inge Rubino La ricerca incompinta di Alvar Aalto L'A.
  - V. no volume II, pág. 233 e 325.
  - (51) Volume I, pág. 232.
  - (52) Volume I. pág. 38.
  - (53) Volume II, pág. 203.
- (54) Volume II, pág. 285: (N. Sr.a dos Aflitos) e 352: comentário aos pátios e ar-ranjo de exterior no Algarve.
  - (55) Volume I, pág. 232.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANISMO E SUAS RELAÇÕES COM O TURISMO EM ESPANHA

Segundo os recentes estudos económicos, o turismo tem representado para a economia espanhola uma fonte tão substancial de riqueza que superou já no ano passado o total das divisas provenientes das exportações.

Sob este aspecto pode-se falar do turismo como algo digno de ser considerado e atendido pelos espanhóis conscientes de uma realidade de interesse nacional.

Os arquitectos, pela sua posição determinante na estrutura social do seu pais, não podem ignorar este fenómeno e por isso nós, grupo de arquitectos, da Catalunha, onde o problema é cruciante, dedicámos algumas sessões durante o Inverno de 62-63 ao estudo da situação da nossa região.

O problema proposto é de tal grandeza que basta a intenção de o focar para surgirem as primeiras dificuldades. Com o decorrer das nossas reuniões, tivemos múltiplas discussões nas quais o acordo não foi sempre unanime; por isso quero advertir que o que aqui exponho é uma opinião pessoal, corroborada muitas vezes pelos demais e a maior parte delas derivada da de todos.

Ao tratar de estudar o porquê do fenómeno turístico em Espanha, deixáramos de lado a questão da vantagem económica que representa o nosso País no estrangeiro, por a considerarmos, ainda que quase determinante, provisória e, portanto pouco útil para um estudo sobre o futuro desenvolvimento.

Tentemos, para começar, definir o que chamamos turista.

Esta palavra tem tantas aplicações que uma ausência de clarificação nos pode conduzir a inumeráveis erros.

Turista — até há poucos anos e possivelmente, em certo sent do, ainda hoje em dia — é um senhor que visita locais e monumentos que não conhecia, com intenção de passar a conhecê-los e, com isso, gozar os encantos deste conhecimento.

Porém, chama-se também turista ao que vai a um local afastado da sua residência para passar um período de férias ou de descanso.

Nestas nossas considerações, trata-se primordialmente do segundo conceito embora reconhecendo a existência e importância do primeiro e o facto de que não existe uma fronteira exacta para def ni-los, posto que na maioria dos turistas haverá algo de ambos.

Disto tiramos já a conclusão da necessidade de dados estatísticos que nos ajudem a determinar a certeza destes postulados. Os dados existentes até agora fornecem-nos sòmente o número de pessoas que, por cada uma das fron-

teiras, entra de comboio, avião ou barco; não nos esclarecem sobre o nosso problema e podem mesmo afastar-nos dele perigosamente. O trabalho estatístico compete naturalmente ao Instituto Nacional e nós so o referimos para que seja tido em conta.

O que o tarista procura primord'almente é o sol e o mar. O maior incremento turístico das costas com Sol, é disso a prova.

O menor incremento turístico dos locais com a mesma ou maior intensidade do Sol e sem mar (Monegros, etc.) prova que procura o mar.

Desde os primeiros tempos que o Sol foi sempre um objecto de adoração.

Creio que não é despropositado ter em conta o estado de excitação e de uma especial disposição física experimentado após se ter tomado um prolongado banho de Sol Creio que uma grande maioria procura inconscientemente alcançar este resultado ao escolher um lugar com sol.

O Sol produz calor e o calor produz uma «doceur de vivre», que tem tornado sempre mais alegres e simpáticos os países que o têm, e severos e fechados os países frios com nevoeiro ou neve.

O calor permite a exploração do mar.

O mar é uma experiência e uma aventura para o homem, que em épocas ou locais sem calor lhe fica vedada. Também os costumes influiram nesta situação.

Quem quer que observe a costa do Norte e a costa do Levante notará que a primeira se apresenta antiquada em relação à segunda. Porquê?

Simplesmente pela alteração nos hábitos de vestir.

No século passado e princípios deste, era até tal ponto considerado incorrecto o apresentar-se em público sem pelo menos uma parte da quantidade de atavios que const tuiam o vestuário habitual, que podemos ver as fotografias de praias com mulheres de chapéus de sol, saias até ao chão, meias e sapatos de salto alto e os homens de chapéus, jaqueta, gravata e bengala..., etc. Compreende-se que um local tão quente seja intolerável, para quem quer que seja, com esse vestuário. Torna-se pelo contrário muito rápido (para alguns, inclusivamente extremamente rápido) a enumeração das peças com que se pode hoje qualquer um apresentar-se perante os demais.

Ao entrar noutras considerações descobrimos no nosso estudo que o turista, contando que haja Sol e mar, se dirige aonde lhe dêem facilidades para estabelecer-se; consideração que deriva do exame da situação e na qual se evidencia

uma menor apreciação do aspecto pitoresco do nosso país, do que poderia a princípio parecer, não obstante ser muito estimulante para o arquitecto e para o planeador.

Para determinar tanto quanto possível leis gerais, ao estudar o fenómeno turístico da nossa costa, escolhemos três pontos que nos pareceram representativos de uma determinada situação.

Palafrugell, como representante da tradicional Costa Braya, com visitas desde Satuna até Palamós.

Salou, como representante dos sitios com melhor clima e facilidades, com visitas desde Atmella, por Tarragona, até Villanueva e Geltru.

Finalmente, Cadaqués, como representante do pitoresco da aldeia marítima, conservada de certo modo no seu aspecto tradicional, com visitas desde o cabo Greus até Rosas.

De todos eles, relativamente o mais desenvolvimento é Salou, e o menos Cadaqués, o que prova o pouco interesse primordial do pitoresco.

A Costa Brava tradicional teve um desenvolvimento condicionado pela sua rede de estradas, o que também prova o que se disse sobre as facilidades.

Praia de Aro tem, como o seu nome indica, uma praia que é e sempre foi, o lugar de maior facilidade para apanhar sol e gozar o mar. Acontece, além de tudo, que é a aldeia costeira mais próxima do desvio para Palamós Sagaró, Bagur, etc., a estrada principal que vai de Barcelona a Gerona. Naturalmente é o lugar de toda a zona com maior incremento no seu desenvolvimento.

A urbanização de Cap de Salou, moderna e interessante (a única realização digna de atenção em toda a costa), é produto directo de uma nova estrada que une Tarragona com Salou, pela costa.

Canyelles Pet'tes, ao Norte de Rosas, é toda uma nova realização (desgraçadamente deplorável), produto de uma estrada construída pelo seu promotor.

Onde quer que haja mar e uma estrada aparece uma casa, depois outra, depois um hotel e pronto.

O que sucede com o resto?

O que nunca teve encanto pitoresco, as novas realizações tão pouco lho têm dado.

Salou apresenta novas vivendas, tipo apartamento em blocos, interessantissimas, formando um U aberto para o mar e noutros casos aberto para as outras que parece uma boa solução urbanistica num tec!do preexistente.

Palamós não deve ter sofrido alterações substanciais, nem tão pouco parece que tivesse muito que perder.

O que tinha encanto pitoresco, porém, sem uma estrutura bastante vasta e firme, foi destruído.

Tamar'n dá pena ver a quem quer que tenha conhecido há vinte anos aquele canto delicioso.

Satuna o mesmo, e só há dez anos.

Sòmente se conserva Port de la Selva, Cadaqués, Cadella de Palafrugell e muito pouco mais. Os dois primeiros pelas suas d'ficuldades e clima mais duro (não há praias e as estradas são muito más), a última pelos esforços mais ou menos dirigidos dos seus habitantes e ainda me atreveria a d'zer que inclusivamente, suficientemente modificada para ter sofrido também prejuízos substanciais e irreparáveis.

Por tudo isto, parece que o mais urgente é encarar-se o problema das realizações novas e independentes de tecidos urbanos existentes, pois, inclusivamente nos locais de um acusado carácter visual, como Cadaqués pareceria lógico considerar novos desenvolvimentos independentes para poder conservar mais ou menos intacto o valor do seu núcleo histórico actual.

Das zonas virgens, a primeira coisa que creio ser útil considerar é a linha da costa.

É um facto incontestável que a maioria das pessoas deseja colocar-se o mais próximo possível do mar.

Também é um facto incontestável que a venda dos terrenos do litoral a particulares ameaça arruinar as possibilidades de desenvolvimento das zonas turísticas.

Parece, po's, urgente definir-se as possibilidades de protecção da zona litoral.

A actual zona marítimo-terrestre que protege a disponibilidade geral das praias, torna-se insuficiente nas zonas rochosas e a primeira medida seria procurar alargar esta zona da maneira que parecesse mais lógica em cada caso e talvez com o estabelecimento de alguns mínimos.

No entanto, temo que não seja ainda suficiente como protecção do litoral e creio que deveria existir, como continuidade desta zona, uma faixa do baixo coeficiente de edificação e de ed fícios de uso mais ou menos colectivo para uma maior possibilidade de protecção geral. A seguir a esta, a zona particular residencial ou semelhante. E, particularizando no que se refere à arquitectura, torna-se desejável uma maior concentração em zonas determinadas com edificios em blocos, em altura ou vivendas unifamiliares tipo «tow houses», e, por sua vez, grandes zonas de parque nac'onais ou vivendas unifamiliares com baixo coeficiente de edificação. É contraditória a actual situação do desenvolvimento em cidade-jardim extensiva com vivendas tão pequenas que um exame, no qual não entrarei, nos dá como indesejável, ainda que de momento exista ainda um grande número de gente que crê desejá-la. A solução de Coderch para a urbanização de Torre Valentina, que infelizmente não se efectivou por outras razões, era, em meu tentender, a solução perfeita para este problema de edificação e pode contudo dar os seus frutos em situações semelhantes.

No entanto, é importante recordar que essas dispos'ções encontrariam muitas dificuldades particulares e uma determinação demasiado categórica poderia torná-las irrealizáveis, tendo sempre em conta, porém que se continuarem as coisas como estão actualmente, poder-nos-emos encontrar num futuro mais ou menos próx'mo com a desagradável situação de termos a nossa costa totalmente construída e em mãos de particulares mais ou menos especuladores e ainda por cima estrangeiros.

E termino com o que afirmei ao começar: o problema é de tal grandeza que s'mplesmente encará-lo é já um passo difícil e simultâneamente tão urgente e tão importante para o nosso país que exige de nós toda a atenção que possamos dar-lhe e quanto antes.

(Traduzido do n.º 55 dz «Arquitectura», organo del Colégio Oficial de Arquitectos de Madrid)

### NOTICIÁRIO, EXPOSIÇÕES, CRÍTICA

#### O CASO DA GALERIA «D. N.»

De um grupo de artistas recebemos o comunicado seguinte:

«Os signatários, artistas e críticos de arte, depois de tomarem conhecimento de que o dr. Faria de Carvalho abandonou as funções de director da Galeria «Diário de Noticias», desejam lamentar tal facto, reconhecendo como francamente positiva a sua actividade em prol da divulgação da arte moderna portuguesa, no Pais e no estrangeiro. E mais lembrando que o presente texto só não é subscrito por maior número de expositores pelo facto de muitos dos mesmos não se encontrarem em Portugal, cumpre-lhes ainda afirmar a necessidade da futura direcção da Galeria «Diário de Noticias» não desmerecer do esforço já desenvolvido pelo dr. Faria de Carvanda a bem do gosto e da cultura naceinal»

Luís Dourdil
Vespeira
Sá Nogueira
Bartolomeu Cid
Paula Rego
Nikias Skapinakis
Manuel Baptista
Querubim Lapa
Maria da Conceição Moura
Borges (Kukas)
Fernando Conduto
Navarro Hogan
Joaquim Rodrigo
Menês
Alice Jorge
Fernando de Azevedo
Fernando Pernes
João Vieira



Na Sociedade Nacional de Belas-Artes realizaram-se as exposições individuais de pintura de Lima de Freitas, Leopoldo de Almeida e Bertina Lopes.

Também na S. N. B. A. t!veram lugar as seguintes exposições colectivas:

- II Exposição dos membros da comissão organizadora do «Boletim Arte»: João Fragoso, escultura; Armando Loureiro, pintura; Jorge Marcel, colagem e desenho; Zulmira Oliva, desenho; Álvaro Perdigão, pintura; Figueiredo Sobral, pintura.
- 1.º «Salão de Claro Escuro», que reuniu 126 obras de desenho, gravura e escultura de 56 artistas.
- «9 Gravadores Brasileiros» expos'ção organizada pelo embaixador do Brasil.

\*

Na Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses — «Gravura», realizou-se a exposição de gravuras de Cláudio Juarez.

Uma exposição interessante de gravura portuguesa moderna foi inaugurada em Nápoles, na «Galeria Guida» e será enviada a Roma e Milão.









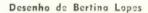
Gravura de Cláudio Juarez exposta na Galeria Gravura Desenho de Jorge Marcel (Exposição do «Boletim Arte»)

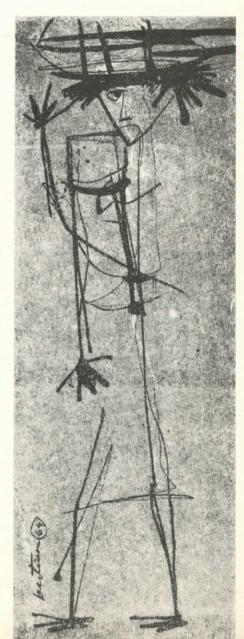
Óleo de Júlio Resende (Galeria Divulgação)

Óleo de Armando Alves (Galeria Divulgação)



Desenho de Tomaz Vieira exposto no Salão do Claro-Escuro





#### GALERIA DIVULGAÇÃO

Com uma exposição de doze artistas do Porto, inaugurou-se a filial em Lisboa da Livraria e Galeria de Arte «Divulgação». Expõem:

Amândio Silva, Ângelo de Sousa, Armando Alves, Augusto Gomes D'Assumpção, Dórdio Gomes, Gastão Seixas, Jorge Pinheiro, Júlio Resende, Luís Demée, Martins da Costa e Sousa Felgueiras.

#### INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E À SOCIOLOGIA DA ARTE

Na S. N. B.-A têm prosseguido as conferências integradas no curso de História de Arte, pelo dr. José Augusto França, acompanhadas por projecções e sessões de diálogo e esclarecimento. Esta iniciativa, correspondendo aos propósitos de renovação cultural da «Casa dos Artistas», tem decorrido em termos de efectivamente contribuir para «a evolução da cultura artística entre nós».

Pelo mesmo crítico de arte, realizou-se, no «Grémio Literário», uma conferência sobre os movimentos artísticos
portuguesas do sec. XIX e suas relações com o circunstancionalismo politico, económico e social da época.

?

«... Se o mar pôde ser evasão quando ainda não havia céu reconhecido, para onde entendeis, preclaros mestres, que caminhe a nossa geração? Se somos macacos com asas cortadas. por capricho teórico de uma definição. Se o espaço transitòr amente admitido no móvel tempo de vida em que existimos não for ultrapassado por nós. Se todas as hipotéticas coordenadas que nos inventaram para serem nossas crenças se desfizeram - pó na lousa, que nos emprestaram para fazer contas (de subtrair), os nossos falecidos professores! Foi por isso que lemos nas ruas e nos fósseis, em toda a parte onde chegámos, o celestial sorsiso complacente... de quem apenas nos tolera — nos suporta. E ainda que morra o último albatroz adunco, na vertigem da queda anunciada, a limitação imposta inoculou-se e ficou para sempre instilada no sangue dos rouxinóis. Multiplicar-se-ão ainda as exigências da Arte. A preconização antecristã do primado da visualidade é a única directriz imortal da ciência humana...»

(Transcrito, sem vénia, de um catálogo de uma exposição na S. N. B.-A.).

#### O PROLONGAMENTO DA AVENI-DA DA LIBERDADE

O «Diário Popular» realizou recentemente um inquérito sobre o proposto prolongamento da Av. da Liberdade a que responderam arquitectos, urbanistas engenheiros e críticos de arte.

Das respostas de interesse recebidas (poucas) destacou-se a do arquitecto e urbanista José Rafael Botelho, que a seguir e com a devida vénia transcrevemos na integra.

— Parece-me — começou por nos dizer o arquitecto Rafael Botelho — que a decisão tomada sobre o prolongamento da avenida surge extemporâneamente.

E prosseguiu:

— Senão vejamos: Foi elaborado em tempos, na altura em que se estudou o plano de Alvalade, um plano de urbanização de Lisboa, o qual condicionou prâticamente todo o esquema das realizações viárias posteriores. Esse plano teve a assinatura do arquitecto De Gröer e não chegou a ser aprovado oficialmente. Mais tarde, na altura do Metropolitano — uns 15 anos depois — surgiu o Plano do Gabinete de Estudos de Urbanização que assentava, por sinal, nas mesmas directrizes viárias, dirigido pelo eng. Guimarães Lobato que foi vice-presidente do Município. Também esse plano não logrou concretizar-se.

Em nenhum destes planos se previu o prolongamento da avenida. O público pode verificá-lo nas plantas expostas em cada estação do Metropolitano. E quando apenas se iniciara o estudo de novo plano director para a cidade, agora seb a orientação do arquitecto francês Meyer-Heine, ainda sem qualquer base, na altura em que nem a Câmara nem o Governo, através da Direcção-Geral de Urbanização, tinham dado o seu acordo a qualquer novo plano de conjunto, surgiu o anteprojecto da avenida, isto é, foi decidido um «pormenor» que se considera fundamental. Isto surpreende-me, sem dúvida, tanto mais que está igualmente em elaboração um plano urbanístico da Região de Lisboa, organizado no Ministério das Obras Públicas segundo a lei 2099. Tudo indica que, quer os estudos necessários ao Plano Director de Lisboa quer o Plano Urbanístico da Região possam vir a condicionar directa ou indirectamente este problema da via principal que é a Avenida da Liberdade.

O arquitecto Rafael Botelho prosseguiu, depois, as suas declarações, afirmando:

—É evidente que um estudo urbanístico de Lisboa não pode limitar-se ao âmbito do território administrativo da cidade, devendo desenvolver-se de acordo com as condições de uma metrópole, isto é, de acordo com o crescimento de uma série de unidades urbanas independentes entre si, mas simultâneamente interligadas.

E explicando melhor:

— Já ninguém duvida hoje que Cascais, o Estoril, Loures, Almada. Amadora, Sintra e outros aglomerados urbanos dos arredores não sejam também parte de Lisboa, isto é, não tenham as mesmas características de vida, dependendo pràticamente dos mesmos serviços públicos, dos mesmos centros de trabalho, etc. E, por isso, se considera indispensável concluir um estudo de

coordenação, o qual cabe, perfeitamente, no Plano Regional. Mas não estando este concluído será conveniente intervir tão definitivamente na Avenida da Liberdade? Não esqueçamos — prosseguíu o nosso entrevistado — que infelizmente já a ponte sobre o Tejo se antepôs ao mesmo Plano. Enfim: se Lisboa deve ser analisada urbanisticamente como metrópole, como capital, não se afigura oportuno decidir tão claramente sob aspectos de pormenor particularmente se forem fundamentais. As realizações inesperadas, sem estarem integradas em planos de conjunto, podem ser contraproducentes.

E acentuou:

- Com isto, não pretendo afirmar neste momento que o prolongamento da Avenida é errado. Afirmo, simplesmente, que ele antecede um estado de conjunto que reputo absolutamente indispensável e sem o qual o anteprojecto camarário não tem nenhuma justificação. E chego a pôr em dúvida a oportunidade de ser ouvido pelo «Diário Popular», pois não sei — não sabe ninguém o que virá a fundamentar pelo Plano Director, ou o Plano Regional. Assim sendo, as discussões sobre o prolongamento da Avenida podem parecer inadequadas. Por outras palavras: neste momento, para um urbanista, a solução dada ao prolongamento da Avenida é um aspecto secundáric. sendo difícil discutir tal problema sobre bases não gerais.

Referindo-se, depois, ao aspecto do tráfego, manifestou a seguinte opinião:

— Não vejo que o prolongamento da Avenida venha resolver as dificuldades actuais do tráfego na área do Marquês de Pombal, que funciona como uma giração, sistema de circulação que tem validade apenas até um certo volume de tráfego. É do domínio público que nas «horas de ponta» essa giração não funciona como deve.

E, a abrir-se uma nova inserção, a Norte, vamos aumentar o número de vias que influem na giração. Recebendo a placa mais uma entrada, aumentam as probabilidades de engarrafamentos e serão precisos mais sinaleiros.

—E poderia esse problema de tráfego resolver-se de outra maneira? — perguntámos.

— Porque não? Conforme o destino e características que derem às zonas Norte do Parque e a rede viária de grande circulação, os planos directores em estudo, urbano e regional, muito poderão fazer e decidir em favor de outras soluções. No que respeita à Praça Marquês de Pombal, poucas possibilidades ficaram depois de construído o Metropolitano, mas não restam dúvidas de que as artérias paralelas à Avenida e que marginam o Parque ainda oferecem muitos recursos a utilizar.

E o arquitecto Rafael Botelho expôs-nos depois outro problema:

— Não devemos esquecer que Lisboa tem de ser considerada, também, como capital-sede de Governo. Este é um problema de grande importância, na medida em que o Terreiro do Paço já não comporta todos os serviços oficiais. Temos o Ultramar no Restelo, vamos ter as Corporações na Praça de Londres. Há actualmente inúmeros serviços do Estado instalados em simples prédios de habitação dispersos por todo o lado

e, qualquer dia, quem desejar tratar de um assunto de administração terá de cruzar a cidade em dez sentidos. Ora tudo indica que o Plano Director se preocupe com a futura sede do Governo.

A entrevista aproximava-se do seu termo. Nas paredes do amplo catellers do arquitecto Rafael Botelho, num prédio da Avenida João XXI, viam-se vários projectos.

Prosseguindo, aquele urbanista afirmou:

- Este aspecto — o do futuro desenvolvimento da cidade — pode conduzir à necessidade de um desdobramento do centro
principal. Como serão nesse caso as liga-

ções regionais, melhor, metropolitanas, a esses centros de interesse? Qual será a localização mais conveniente e qual o peso de atracção desses pólos? Que papel cabe à Avenida? Creio—disse-nos a seguir o arquitecto Rafael Botelho—que há uma sobreposição de interesses e, aqui, mais do que nunca, cabe ao Governo pronunciar-se através da Direcção-Geral de Urbanização. E a concluir:

— A opinião que o «Diário Popular» me pede só pode ser expressa do seguinte modo: a discussão do prolongamento da Avenida, velho tema de polémica, exige connecimento de elementos que neste momento só estão ao alcance dos organismos incumbidos de elaborar os Planos da Cidade e da Região. Só eles estão em condições de discutir o problema e, mais tarde, quem vier a fazer a apreciação do seu trabalho. A eles caberá estudar a solução que satisfaça os dois principais interesses em causa: respeitar a possibilidade de manter o Parque e dar solução satisfatória à estrutura viária e aos meios de comunicação necessários à vida da metrópole lisboeta do futuro. Paço votos para que os técnicos incumbidos destes estudos possam, efectivamente, defender e aproveitar o scoração verdes da cidade — o Parque Eduardo VII.

#### ALGUNS ASPECTOS DO PROBLEMA HABITACIONAL NA CIDADE DE LISBOA (I)

Pereira (Problemática da Habitação em Portugal) é o da propriedade da habitação. Ainda aqui se observam diferenças notáveis entre a habitação urbana e a rural e a posição quase única de Lisboa em relação ao resto do Pais.

Assim, para o conjunto da metrópole a habitação própria figurava no censo de 50 com a percentagem de 51 por cento, a alugada com 40 por cento e a cedida com 9 por cento. Em Lisboa (cidade), a percentagem de propriedade dos moradores era de 5 por cento, sendo de 90 por cento a das familias vivendo em casas alugadas (84 por cento no Porto).

Por tudo isto concluia o autor que «a habitação urbana só tem vantagem nos aspectos qualitativos: é mais ampla, confortável e h'giénica. Em todos os outros a comparação traduz o drama do alojamento urbano: é mais escassa e por isso, favorece a promiscuidade; não é própria do morador e por isso acarreta um encargo que pesa duramente sobre grande parte das familias».

E no entanto, é na região de Lisboa onde se registam desde há muitos anos os maiores investimentos na habitacão.

Efectivamente dos 60 milhões de contos de valor matricial da propriedade urbana na metrópole nada menos que 25 milhões cabem à cidade de Lisboa. Nota-se, no entanto, uma quebra acentuada na construção urbana desde 1958 (entre 1954 e 1958 construíram-se em média, na cidade, cerca de 3000 fogos anuals, número que tem vindo sempre a decrescer desde então). A principal razão deste fenómeno reside por certo no agravamento do preço dos terrenos, levado ao ponto de contribuir em certos casos com 50 por cento e mesmo mais do encargo final da construção. Notável é, particularmente, a quebra registada no sector das casas de renda limitada, que passaram de 50 por cento do total construído entre 1950-54 a cerca de 5 por cento em 1958 (3).

Deste modo, larga percentagem dos investimentos na habitação, na cidade, não tem objectivos sociais, tratando-se antes de casas de rendimento a que em geral se ligam fabulosas especulações sobre os terrenos.

Em Lisboa, larga parte desses investimentos tem sido feita na construção de edificios no local onde outros ja existiam. É o problema da demolição dos prédios antigos de rendas baixas, criado pelos termos da lei 2088 que permite o despejo dos prédios desde que dai resulte o aumento do número de inqu'linos. Milhares de prédios têm sido assim destruidos na cidade por motivo desta disposição legal cujas intenções terão porventura s'do aviltadas nas práticas especulativas sobre o solo dominantes na capital. É sabido que muitas das casas demolidas apresentavam

condições de boa conservação e que com as acções de despejo se criaram problemas sociais dolorosos para muitas familias desalojadas. São milhares as familias nestas condições e muitas mais as que vivem na incerteza quanto ao futuro. Por vezes, também, esta delapidação do património imobiliário tem envolvido o desaparecimento de obras de arquitectura de inegável interesse ou mesmo a transformação de bairros inteiros; transformação descontrolada, na verdade, e comprometendo por vezes as possibilidades de renovação desses mesmos bairros.

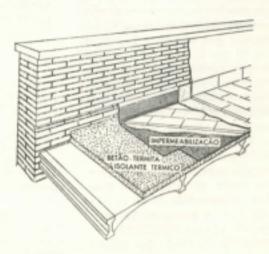
g D

(1) E ainda as Preguesias de Alhandra, Alverca do Ribatejo,
 Póvoa de Santa Iria, Montijo e Sarilhos Grandes.
 (2) Dr. Raul da Sliva Pereira — «Problemática da Habitação em Portugal», publicado nos n.º 1 e 2 da revista «Análise Social.
 (3) «Anais do Município de Lisboa».

# TERMITA

(Vermiculite)

CALOR, FRIO, SOM E FOGO





Av. Duque de Louié, 97 4.º, B Telef. 53 80 24 Teleg. TERMITA

LISBOA

e, qualquer dia, quem desejar tratar de um assunto de administração terá de cruzar a cidade em dez sentidos. Ora tudo indica que o Plano Director se preocupe com a futura sede do Governo.

A entrevista aproximava-se do seu termo. Nas paredes do amplo eateliers do arquitecto Rafael Botelho, num prédio da Avenida João XXI, viam-se vários projec-

Prosseguindo, aquele urbanista afirmou: - Este aspecto - o do futuro desenvolvimento da cidade - pode conduzir à necessidade de um desdobramento do centro principal. Como serão nesse caso as ligacões regionais, melhor, metropolitanas, a esses centros de interesse? Qual será a localização mais conveniente e qual o peso de atracção desses pólos? Que papel cabe Avenida? Creio - disse-nos a seguir o arquitecto Rafael Botelho - que há uma sobreposição de interesses e, aqui, mais do que nunca, cabe ao Governo pronunciar-se através da Direcção-Geral de Urbanização, E a concluir:

- A opinião que o «Diário Popular» me pede só pode ser expressa do seguinte modo: a discussão do prolongamento da Avenida, velho tema de polémica, exige conhecimento de elementos que neste momento só estão ao alcance dos organismos incumbidos de elaborar os Planos da Cidade e da Região. Só eles estão em condições de discutir o problema e, mais tarde, quem vier a fazer a apreciação do seu trabalho, A eles caberá estudar a solução que satisfaça os dois principais interesses em causa: respeitar a possibilidade de manter o Parque e dar solução satisfatória à estrutura viária e aos meios de comunicação necessários à vida da metrópole lisboeta do futuro. Faço votos para que os técnicos incumbidos destes estudos possam, efectivamente, defender e aproveitar o «coração verde» da cidade - o Parque Eduardo VII.

#### ALGUNS ASPECTOS DO PROBLEMA HABITACIONAL NA CIDADE DE LISBOA (I)

Pereira (Problemática da Habitação em Portugal) é o da propriedade da habitação. Ainda aqui se observam diferenças notáveis entre a habitação urbana e a rural e a posição quase única de Lisboa em relação ao resto do Pais.

Assim, para o conjunto da metrópole a habitação própria figurava no censo de 50 com a percentagem de 51 por cento, a alugada com 40 por cento e a cedida com 9 por cento. Em Lisboa (cidade), a percentagem de propriedade dos moradores era de 5 por cento, sendo de 90 por cento a das familias vivendo em casas alugadas (84 por cento no Porto).

Por tudo isto concluia o autor que «a habitação urbana só tem vantagem nos aspectos qualitativos: é mais ampla, confortável e h'giénica. Em todos os outros a comparação traduz o drama do alojamento urbano: é mais escassa e por isso, favorece a promisculdade; não é própria do morador e por isso acarreta um encargo que pesa duramente sobre grande parte das familias».

E no entanto, é na região de Lisboa onde se registam

desde há muitos anos os ma

Efectivamente dos 60 mill da propriedade urbana na 1 milhões cabem à cidade de uma quebra acentuada na (entre 1954 e 1958 construi: cerca de 3000 fogos anuals, ; a decrescer desde então). A p reside por certo no agrava: levado ao ponto de contribu cento e mesmo mais do enca vel é, particularmente, a qu casas de renda limitada, que total construido entre 1950-i 1958 (1),

Deste modo, larga perce habitação, na cidade, não t do-se antes de casas de rendi fabulosas especulações sobre

Em Lisboa, larga parte feita na construção de edif existiam. É o problema da de rendas baixas, criado pelo mite o despejo dos prédios mento do número de inqu'li

sido assim destruidos na cicasição legal cujas intenções terão porventura s'do aviltadas nas práticas especulativas sobre o solo dominantes na capital. É sabido que muitas das casas demolidas apresentavam

condições de boa conservação e que com as acções de despejo se criaram problemas sociais dolorosos para muitas famílias desalojadas. São m'lhares as famílias nestas condições e muitas mais as que vivem na incerteza quanto ao futuro. Por vezes, também, esta delapidação do patrimônio imobiliário tem envolvido o desaparecimento de obras de arquitectura de inegável interesse ou mesmo a transformação de bairros inteiros; transformação descontrolada, na verdade, e comprometendo por vezes as possibilidades de renovação desses mesmos bairros.

(1) E ainda as Fresuesias de Alhandra, Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Montijo e Sarilhos Grandes. (2) Dr. Raul da Silva Pereira — «Problemática da Habitação em Portugals, publicado nos n.º 1 e 2 da revista «Análise Social. (3) «Anais do Município de Lisboa».

# TERMITA

щ	b	aı	

	O ALHI ATRAS	Α.
Morada :		Telefone:
irma :		
rofissão :	The state of the second second	
lome :	PORTUGUESA, L'ALL	MATTERN
		R O QUE INTERESSA)
	amostras	
	Literatura	
	a visita de um vendedor	
	a presença de um técnico	
stanios intere	ssados no vosso produto e requisitamos	



Tolog. TERMITA

LISBOA